

DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCACIONAL EM ADULTOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Renato Janine Ribeiro

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CHEFE: Ademir Nunes Gonçalves
VICE-CHEFE: Marcos Gehrke

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO
SOCIOCULTURAL PARA CONTEXTOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES**

COORDENADORA DO CURSO: Suzete Terezinha Orzechowski Brandalize
COORDENADORA DE TUTORIA: Laurete Maria Ruaro

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Kleivi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA
RITA DE CÁSSIA DA SILVA OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCACIONAL EM ADULTOS

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

PALAVRAS DO PROFESSOR	07
OBJETIVOS E EMENTA	09
O PROCESSO EDUCACIONAL PARA ADULTOS E IDOSOS	11
ENVELHECIMENTO ATIVO	31
UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE	55
PALAVRAS FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89

PALAVRAS DO PROFESSOR

Caro(a) aluno(a),

Você está iniciando uma nova etapa de sua formação neste curso. Este livro foi organizado com o objetivo de oferecer subsídios relevantes da área da Educação de Adultos, para que você possa conhecer e compreender os principais fundamentos teóricos desta importante área educacional.

A Educação de Adultos representa um campo de discussão e problematização do espaço educacional para jovens, adultos e idosos, seja na educação formal seja nos espaços não-formais. Representa um processo que atende a todos aqueles que se encontram marginalizados pelos processos educativos regulares, mas que necessitam de formação, aprofundamento ou aperfeiçoamento, fundamentada pela educação permanente.

Entretanto, é preciso ter em mente que o presente estudo não esgota todas as possibilidades de interpretação e aprofundamento teórico referentes à Educação de Adultos. Logo, você poderá complementar e aprofundar seus estudos por meio de outras leituras sobre esta área.

Este livro está organizado em quatro unidades, possibilitando uma melhor compreensão e reflexão sobre os temas apresentados.

Na Unidade I, você terá a oportunidade de conhecer os fundamentos da Educação de Adultos, em destaque à atuação pedagógica com o idoso, entendendo como esta área está se estruturando e assumindo relevância

em nosso país. Há destaque nesta unidade para educação permanente, que alicerça a Educação de Adultos, além da reflexão sobre as Políticas Públicas para a educação de jovens e adultos e a educação do idoso, analisando como este direito está prescrito em diferentes documentos. Além disso, terá a oportunidade de articular o direito à educação ao contexto brasileiro atual, considerando os limites e as possibilidades de atuação.

A segunda unidade contempla uma discussão sobre o Envelhecimento Ativo, que traz uma nova concepção sobre a velhice e o processo de envelhecimento, considerando a capacidade dos idosos em manterem-se ativos na sociedade. Destaca-se a importância do incentivo por parte do poder público para que os sujeitos que estão na terceira idade ou se aproximam dela, mantenham-se independentes e autônomos o maior tempo possível. Reflete-se também, como a educação colabora com o processo de envelhecimento ativo e torna-se uma estratégia de empoderamento.

Na última unidade, você poderá ampliar seus conhecimentos sobre a educação para o idoso. Serão apresentados o histórico, a estrutura organizacional, os objetivos e os princípios pedagógicos da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI). Você também terá a oportunidade de conhecer mais sobre a UATI da Universidade Estadual de Ponta Grossa, uma experiência bem sucedida, que atende idosos há mais de 20 anos.

A partir das unidades apresentadas, será possível entender como a Educação de Adultos está estruturada e percebê-la como mais um possível espaço de atuação após a sua formação, seja enquanto docente, como educador social ou coordenador pedagógico. A educação de adultos e de idosos representa atualmente um rico e amplo espaço de trabalho e pesquisa, no qual você pode se inserir.

Boas leituras e ótimo trabalho!

OBJETIVOS E EMENTA

OBJETIVOS

- Refletir sobre a Educação de Adultos como espaço de aprendizagem para jovens, adultos e idosos.
- Entender a educação permanente como fundamento da Educação de Adultos.
- Identificar as principais políticas públicas que permeiam os processos educacionais para adultos.
- Ampliar a compreensão das dificuldades e perspectivas concernentes à Educação de Adultos, a partir da análise da realidade social e educacional.
- Compreender a educação como estratégia de empoderamento do idoso.
- Analisar as repercussões do envelhecimento ativo para um novo paradigma de velhice e de envelhecimento.
- Reconhecer as Universidades Abertas para a Terceira Idade como espaço educacional não-formal para o idoso, pautado nos princípios da Pedagogia Social.

EMENTA

A aprendizagem das pessoas adultas na sociedade do conhecimento. Intervenção e desenvolvimento integral promovendo o amadurecimento ativo e saudável na terceira idade.

O PROCESSO EDUCACIONAL PARA ADULTOS E IDOSOS

Roteiro de estudos:

Seção 1: Educação Permanente

Seção 2: Educação de jovens e adultos

Seção 3: Educação de idosos

Seção 4: Políticas públicas e a educação de idosos

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Você certamente já deve ter inúmeros questionamentos sobre a Educação de Adultos e Idosos: como ela se organiza, quais são seus fundamentos, quem ela realmente atende e qual a sua relação com a Pedagogia Social. São reflexões sobre estas perguntas e a muitas outras que este livro pretende responder nesta primeira unidade, contribuindo para suas reflexões sobre a Educação de Adultos e Idosos, principalmente na prática pedagógica junto ao idoso.

Nossas primeiras reflexões pautam-se sobre a educação permanente, a qual fundamenta toda ação educacional com adultos e idosos. Na sequência, iremos discutir o espaço na Educação de Adultos e Idosos, destacando o sujeito idoso neste contexto. E, finalizando esta unidade, faremos uma análise sobre as políticas públicas e a educação do idoso.

Dedique-se aos seus estudos e aprofundamentos sobre a Educação de Adultos e Idosos. Bom trabalho!

SEÇÃO 1: EDUCAÇÃO PERMANENTE

O indivíduo aprende constantemente em sua vida, assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados. Segundo Furter (1976) o homem é um ser inacabado, que busca a perfeição, neste sentido, **a educação se torna um processo contínuo** que só termina com a morte.

Ao se pensar a **educação** como uma **ação permanente** e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

Desta maneira, a educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa **transformação cultural** e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

A evolução social decorre da ação educacional. Assim, pensar a educação para a transformação implica num caráter permanente, tanto para que a sociedade possa se desenvolver, quanto para que o indivíduo possa estar integrado a este desenvolvimento.

Como a educação colabora para a transformação social?

Gadotti (1984, p. 69) afirma que, “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”. A estrutura educacional começa a ser pensada num outro viés,

emergindo do pensamento escolar, não o descaracterizando, mas assegurando que o processo de aprendizagem não se completa nos bancos escolares.

Nesta perspectiva, “imprescindível é reconstruir uma completa e compreensível imagem da educação ao longo da vida nas diferentes sociedades, levando-se em conta as crescentes aspirações e demandas para atuar com mais autonomia e competência” (PALMA, 2000, p. 103). A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante.

Assim, “a preocupação básica que orienta o desdobramento de **educação permanente** e desenvolvimento cultural não se refere à contínua maturação humana, mas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PAIVA, 1985, p. 48). Possibilita-se, então, que o homem, no espaço histórico, cultural, político e social em que está inserido, consiga evoluir junto com a sociedade, e esta evolução individual reflete diretamente na constante evolução social.

Por meio da educação, o homem se humaniza, se caracteriza, torna-se social e consciente. “A educação é um processo contínuo e permanente que dá ao ser humano o sentido da vida, pela possibilidade que estabelece na medida em que promove maior compreensão sobre o mundo” (HERÉDIA, 2006, p. 126).

A educação permanente representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na esperança de futuro melhor e mais digno. Pela **educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana**, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor (OLIVEIRA, 2007).

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar num **desenvolvimento integral** permite pensar numa educação permanente que vise à superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a **prática social**, pensando o homem em sua totalidade.

Conforme Toni (2006), “pensar a educação é entender que o ser humano, de maneira flexível e adaptativa, aprende desde o nascimento até a morte” (p.139). O sujeito no processo de aprendizagem “utiliza saberes já adquiridos, os quais, somados aos que vai experienciando e vivenciando em seu cotidiano, o tornam um ser aprendente” (p. 139).

Para que a educação permanente ocorra satisfatoriamente, há necessidade de que esta seja organizada e pensada para que atinja seus fins. Segundo Furter (1976, p. 127),

a necessidade de uma educação contínua, que seja uma constância na vida humana e que permita viver plenamente o mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um maior alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda educação, e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados.

A partir do momento em que a educação permanente fixar seus propósitos e estruturar-se de maneira democrática, um grande salto qualitativo irá ocorrer na educação. O **homem aprende durante toda sua vida**, seja em espaços escolarizados ou não, assim, possibilitar que a educação traga mais qualidade para as aprendizagens é fundamental.

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do capital humano (MOODY, 2008). Desta maneira, a mesma deve estar vinculada para que realmente este capital se desenvolva independente da classe social ou situação de marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político ocorram.

Logo, ao se pensar a educação permanente, torna-se imprescindível pensar esta para o idoso. Segundo Saraiva (2004, p. 31), o conceito de educação permanente,

como formulado originalmente, era uma crítica à idéia que separava em etapas ao longo da vida os períodos de formação (correspondentes à infância e a juventude), trabalho produtivo (idade adulta) e tempo livre (velhice, tempo posterior à aposentadoria), substituindo-se pela educação permanente, trazendo a idéia de contínua atualização de conhecimentos. Essa atualização é necessária frente ao ritmo acelerado da mudança social e tecnológica, além de diminuir o fosso cultural da terceira idade, já que, devido à redução dos índices de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população tende ao envelhecimento.

A educação permanente é considerada atualmente como “um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a vida dos sujeitos. Significa dar oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de interação e aprimoramento do saber” (TEODORO, 2006, p. 43).

Dessa maneira, Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

Considerando as características da educação permanente, como planejar ações para a Educação de Adultos?

SEÇÃO 2: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Por muito tempo a educação esteve vinculada a diferentes fases da vida. A infância, por exemplo, era valorizada, e em especial na questão educacional, com uma preocupação muito intensa quanto aos métodos e aos conteúdos que deveriam ser apresentados, conforme a faixa etária. Com relação aos jovens e adultos, a associação refere-se ao mundo do trabalho, à produção e ao consumo, enquanto a velhice e a terceira idade estavam vinculadas à improdutividade, à diminuição das atividades físicas e intelectuais. Entretanto, esses mitos que assombram a educação brasileira são destruídos pelas pesquisas científicas atualmente desenvolvidas, atribuindo significados diferenciados conforme as faixas etárias, considerando a cada segmento etário um espaço de reconhecimento e contribuição na sociedade brasileira.

A **Educação de Jovens e Adultos** não raras vezes se apresenta como campanhas paliativas de erradicação do analfabetismo adulto, nas quais o Estado se exime parcialmente do cumprimento de suas funções, por meio de parcerias, reforçando a educação da EJA como promoção de ações compensatórias de baixo investimento. Nada mais necessário do que a criação de **políticas públicas efetivas**, que garantam a execução, financiamento e concretude dessa modalidade de ensino.

O segmento dos **jovens, adultos e idosos** distingue-se dos demais da educação formal, sendo necessária uma reavaliação de uma modalidade de ensino que supra as necessidades educacionais de que esse grupo carece, através de uma **relação entre formação e mercado de trabalho**. A educação de jovens e adultos deve possibilitar também uma formação profissional aliada à formação acadêmica. A realidade educacional brasileira é um exemplo acabado de contradição entre a declaração dos direitos e a prática social. Existe

um descompasso entre os processos de interação, estudo e trabalho (PICONEZ, 2002).

Em que momentos é possível identificar a dicotomia entre os direitos e a prática no Brasil?

A educação voltada para jovens, adultos e idosos, que se encontram em atividade, como trabalhadores, coloca-se como uma das mais estratégicas formulações para a possível transformação e, no limite, revolução da sociedade injusta, discriminatória, meritocrática e eletista em que se vive atualmente (GADOTTI; ROMÃO, 2001).

A **educação** representa a **possibilidade de mudança** para essa classe, por muitas vezes, excluída da sociedade. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil vem ao encontro de algumas problemáticas sociais, porém é preciso perceber suas dificuldades e limitações.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos, destinada àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e ao Médio na idade própria, tanto nas formas de ensino presencial e/ou semipresencial, registrou a partir dos dados do Censo Escolar a matrícula de 4.234.956 alunos em 2010. Destes, 2.846.104 (67%) foram para o Ensino Fundamental e 1.388.852 (33%) para o Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio (INEP, 2010).

Conforme os dados do **Censo Escolar** observa-se que o número de matrículas na EJA vem diminuindo nos últimos anos, como se pode observar a seguir:

- 2007 – 4.985.338 matrículas
- 2008 – 4.945.424 matrículas
- 2009 – 4.661.332 matrículas
- 2010 – 4.287.234 matrículas
- 2011 – 4.046.163 matrículas
- 2012 – 3.237.333 matrículas

De acordo com o Censo Escolar 2011, as matrículas na EJA mantiveram a tendência dos últimos anos e apresentaram queda maior do que 5%, representando uma queda significativa nos últimos anos.

Segundo a **Pesquisa Nacional de Domicílios** (IBGE, 2009), o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam escola e que não têm o ensino fundamental completo. Esse

contingente poderia ser considerado uma parcela da população a ser atendida pela EJA (INEP, 2010, p. 17).

Um dos problemas apontados em referência à diminuição de alunos matriculados se faz pelo fato de que o número de escolas que oferecem a modalidade vem diminuindo (CENSO ESCOLAR, 2010).

É importante também apontar que a maior parte das matrículas da EJA estão no Ensino Fundamental. Outra questão a ser observada se refere ao fato de que há mais alunos nas séries finais do ensino fundamental do que nas iniciais, indicando que muitos estudantes estão atingindo uma maior escolaridade e indo além das classes de alfabetização.

Apesar de ser constatado um avanço quanto à quantidade de alunos matriculados em cursos presenciais, a realidade vivenciada aponta que a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos apresentam-se no governo como uma proposta relegada a um segundo plano, através de um caráter apenas quantitativo (CENSO ESCOLAR, 2010).

Por mais ações, campanhas e programas que surgiram nos últimos anos, a questão da EJA não está em evidência. Obviamente que programas como o PROJOVEM e o PROEJA incentivam a matrícula e concomitantemente buscam a qualificação profissional, porém grande parte das ações para esta modalidade acontece por meio da sociedade civil. Um dos maiores problemas que a EJA possui se refere à grande extensão territorial brasileira, que dificulta o desenvolvimento de muitos programas para a modalidade.

A EJA, no Brasil, vem ao encontro das classes sociais menos favorecidas, uma vez que o estado capitalista busca incessantemente o lucro exacerbado, sem se preocupar com a parcela da população que se encontra à margem desse contexto. Nestas condições, a educação apresenta-se como possibilidade de mudança a essa realidade vivenciada.

No transcorrer do seu processo histórico, a EJA apresenta-se como uma **educação compensatória** (GADOTTI; ROMÃO, 2001), sendo vista como uma oportunidade para superar uma falha no processo educacional dos alunos inclusos nessa modalidade.

A Educação de Adultos é o espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogos entre saberes e culturas. Ao lado da diversidade está também a desigualdade que atinge a todos, sobretudo num país injusto como o nosso: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços, homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, pantaneiros, camponeses, sem-terra, sem-teto, sem-emprego... das periferias urbanas e dos campos. A diversidade

pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior (GADOTTI, 2009, p. 26).

No contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, as políticas se voltam para o âmbito educacional. Segundo Vieira (2007, p. 56), “as políticas representam o espaço onde se manifesta a ‘politicidade inerente à educação’, na medida em que traduzem expectativas de ruptura ou de continuidade”.

As **políticas públicas** fazem correspondência às orientações e disposições do governo, através das mais diversas decisões nas esferas sociais, influenciando a população direta ou indiretamente, nos âmbitos pessoais, profissionais e também educacionais. Estabelecem-se leis, diretrizes, planos, resoluções, estatutos e demais decisões provenientes do poder público.

Depois de definida uma política pública, serão elaborados programas, projetos e pesquisas que continuamente devem ser avaliados por meio de um sistema de acompanhamento, buscando a solução para o problema que originou todas as atividades, avaliando os processos, os produtos e os impactos ocasionados (URPIA, 2009).

Você conhece as principais políticas públicas que garantem o direito à educação para jovens, adultos e idosos?

As **políticas públicas para a EJA** configuram-se num espaço diferenciado. Apesar de existirem muitas iniciativas em prol da disseminação da educação para todas as pessoas, como é previsto na própria **Constituição Federal**, no Artigo 205, que prescreve a educação como direito de todos e dever do estado, a EJA ainda se apresenta aquém das muitas estratégias educacionais propostas pelo governo.

A Educação de Jovens e Adultos tem uma estreita relação com políticas educacionais e demais estratégias governamentais, pois essa modalidade apresenta-se como possibilidade de inclusão social, vindo ao encontro da responsabilidade pública para com os cidadãos.

O **direito à educação** é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade de fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”. A conquista deste direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele supõe as condições de continuar os estudos em outros níveis.

Pode-se destacar também o **Artigo 206 da Constituição Federal** que prescreve “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Ainda, com referência à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, também se pode destacar o Artigo 208, no qual se encontra a garantia de obrigatoriedade do ensino gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao mesmo na idade própria.

O **Artigo 214** faz menção ao Plano Nacional de Educação e tem como meta tanto a erradicação do analfabetismo, como a melhoria na qualidade de ensino e a formação para o trabalho.

Para Arroyo, “a história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos”. Assim, “a reconfiguração da EJA estará atrelada a essa legitimação” (2006, p. 28).

A Educação de Jovens e Adultos não se estrutura como uma adaptação do sistema educacional vigente no Ensino Fundamental e Médio para suprir uma necessidade educacional. Ela é um desafio social, centralizado na sociedade do saber, pautado nos princípios do direito universal à educação.

Na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, alertando para as características específicas no processo pedagógico destinado ao jovem e ao adulto.

A importância de garantir a jovens, adultos e idosos a oportunidade de **acesso e permanência** na escola e condições de efetuar seus estudos resgatando a especificidade desse segmento, independente de sua idade, está previsto no artigo 37 da LDB 9.394/96. A oferta da EJA está regulamentada conforme o que determina o artigo 38 da Lei 9.394/96.

Foram elaboradas depois de discussões com associações científicas e com a participação de profissionais que se interessaram pela temática, as **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**, especificando as finalidades e funções desta modalidade de educação (Parecer CNE/CEB 11/2000).

Caracteriza-se aqui a EJA como uma **função reparadora**, resgatando a igualdade de um direito negado, promovendo “o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante” (PARECER 11/2.000, p. 7).

Para atender à demanda, a EJA assume também a **função equalizadora**, possibilitando aquisição de conhecimentos daqueles que, por diferentes motivos, foram privados deste acesso.

Outra função atribuída à EJA é a **função permanente ou qualificadora**, ou seja, a educação ao longo da vida deve possibilitar uma ampliação, aquisição de conhecimentos para a formação do indivíduo, considerando aqui que todo ser humano é inconcluso e aprende sempre.

Segundo Porto (2004), as políticas públicas têm sido insuficientes para atender ao direito de todos os brasileiros à educação e, embora sejam ampliadas as ofertas, elas continuam excluindo elevado número de jovens e adultos de tais oportunidades, quer pelo não acesso, quer pela não permanência.

A Educação de Jovens e Adultos é um importante espaço para acolher e formar jovens, adultos e idosos que não concluíram sua escolarização básica. Entretanto, é preciso pensar em processos educacionais não-formais, que atendam aos idosos, devido a uma demanda em constante crescimento.

SEÇÃO 3: EDUCAÇÃO DE IDOSOS

Nos dias atuais, as discussões acerca do **envelhecimento** e da **velhice** estão em grande evidência no contexto nacional. Aponta-se tanto num âmbito social mais amplo, como na própria família, as condições que os **idosos** enfrentam, salientando as questões de discriminação, preconceito e marginalização com relação a essa faixa etária.

Os **preconceitos acerca da velhice** elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado.

Nas condições em que vive, o idoso vivencia por meio de suas experiências sociais, um grande detrimento nas suas relações afetivas, ocasionando dificuldades de englobar-se novamente num âmbito que a permita desfrutar de uma melhor qualidade de vida. Assim, observa-se que o idoso tende-se ao isolamento, pois através dos valores apresentados pela sociedade em que tudo que é “velho” não tem mais utilidade, este se considera como um obstáculo para a vida social.

No próprio contexto social no qual o idoso é vítima de discriminações, ele passa também a se sentir acuado e, como consequência, perde a iniciativa e motivação (OLIVEIRA, 1999, p. 71).

Desta maneira, há um fator de desmotivação, no qual o idoso começa a perder a sua própria identidade, sendo levada à inatividade, a autocrítica e a baixa autoestima. Nessas condições, o idoso torna-se cada vez mais oprimido pela própria sociedade e também, muitas vezes pelos seus pares.

Nessa realidade, percebe-se que muitas vezes o idoso, é visto como incapaz de estabelecer suas aspirações, cabendo somente o que lhe é imposto ou referido. Segundo Freire (2005) seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento.

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a **educação** surge como **oportunidade de ação**, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

O processo de mudança desejada representa um longo caminho a ser percorrido, no entanto se o primeiro passo não for dado, nunca se efetivará a transformação almejada. Assim, “a educação em qualquer caso, traria o germe da mudança, tornando-se por isso instrumento de realização de utopias” (PAIVA, 1985, p.39).

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma re-significação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Desta maneira, a **educação é um importante meio de transformação e valorização** destas pessoas.

Hoje, a educação na terceira idade volta-se para um âmbito diferenciado, não mais sendo um meio de assistencialismo aos envolvidos. Nota-se um novo enfoque, pois se percebe que o idoso não é apenas uma pessoa que necessita de atividades recreativas para ocupar seu tempo, mas sim, precisa de espaço para crescer sempre.

A educação é vista como um meio de libertação e mudanças para os idosos, permitindo uma reavaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão para estas pessoas.

Moragas (1991, p. 54) destaca que “muita gente se surpreende ao comprovar que pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”. Mas percebe-se que na sociedade brasileira, na maioria

das vezes, convive-se com um **conceito pejorativo da velhice**, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária. Há a desconsideração da **capacidade de produção e de aprendizagem dos idosos**.

O processo educacional deve ocorrer como ponto fundamental da socialização do idoso, uma vez que se deve estar constantemente buscando socializar-se. Assim, Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 90), ressaltam que

... a educação social, ou a pedagogia gerontológica, pode oferecer a aquisição de novas habilidades e técnicas de aprendizagem, principalmente se se leva em conta que as pessoas idosas utilizam, com frequência, habilidades não adaptadas ao meio educativo atual.

Sendo assim, para que o idoso possa estar diretamente em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que este esteja inserido num processo educacional, havendo a mediação de conhecimentos para a estruturação da formação contínua do indivíduo enquanto ser social.

A educação não se restringe a mera transmissora de cultura, mas necessita estabelecer seu alicerce nesta cultura, abarcando as transformações decorrentes na sociedade, nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Tais mudanças, decorrentes da evolução e desenvolvimento da sociedade, apresentam-se como influência direta na educação.

Freire (2005) admite que seja necessário **tornar a educação acessível** às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Todo indivíduo está envolto num **processo educativo**, seja onde for e em qual circunstância se encontrar, evidenciando que a educação permanente encontra-se não apenas na educação formal, mas também nos mais diversos **espaços da educação não-formal**. Assim, torna-se imprescindível conscientizar-se da importância de todas as possibilidades de ensino e aprendizagem, como também da realidade apresentada.

Nesse contexto, Paulo Freire (2005) salienta que a educação precisa voltar-se para a realidade e, principalmente transformá-la, sendo necessário reinventar a própria a educação.

Torna-se necessário, antes de compreender a inserção do idoso num contexto educacional, refletir sobre o processo de envelhecimento e a velhice,

sabendo-se que “o envelhecimento proporciona variedade e riqueza de experiências psicossociais e reacionais” (MORAGAS, 1991, p. 124).

Você já havia refletido sobre os preconceitos que revestem a velhice? E, o quanto a educação pode contribuir para desmistificar estas concepções?

Os idosos têm a capacidade de aprender, independente da sua idade, a partir do momento em que são incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa. Conforme aponta Moragas (1991) para que os idosos tenham uma aprendizagem efetiva, são necessárias **motivações adequadas**, além de um meio que permita o tempo de assimilação e que assegure um papel social significativo a estas pessoas.

O idoso tem condições através do processo educativo, de socializar-se, além de inserir-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar. Segundo Freire (1971) entende-se que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser reconhecida. É fundamental, contudo, partir do pressuposto de que o **homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo.**

Neste âmbito, torna-se essencial considerar que o idoso, independente de sua idade ou condição tem direito de conhecer o mundo. Todavia, é preciso considerar os níveis de abstração e compreensão dos alunos, pois como afirma Freire, “impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade” (FREIRE, 1988, p. 27).

Ao exercitar seu papel social o homem utiliza suas perspectivas de **cidadania**, a qual para ser efetivamente exercitada, exige do indivíduo a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela. Porém, para que esta nova realidade seja delineada se faz necessário um novo olhar mais atento sobre o processo de envelhecimento, além do apoio da sociedade civil e pública para que oportunizem ações preventivas permitindo a construção de uma nova realidade.

É preciso rever como o **idoso** está sendo percebido e aceito na sociedade, como também está presenciando estas mudanças no espaço político-social e em sua própria vida. A partir desta análise, torna-se pautável compreender como a educação poderá modificar este quadro, vivenciado em nossa sociedade há muitos anos.

Desta maneira, o **papel da educação** nesta realidade torna-se fundamental, pois é através da mesma que as heranças culturais presentes em

nossa realidade poderão modificar-se no pensamento da população, além de propiciar avanços nas relações pessoais e na estrutura social e democrática.

Os idosos, como qualquer outro cidadão, tem direito à educação. Em suas reflexões, você já pensou sobre a necessidade de políticas públicas que garantam espaços educacionais para a população idosa?

SEÇÃO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO DO IDOSO

A **educação** é considerada como um **direito fundamental**, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para o público idoso, todavia, ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para o idoso. No Brasil, a legislação educacional contempla a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o Ensino Superior, juntamente com as modalidades de ensino (ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, entre outras), mas quando se pensa no **idoso**, este fica deslocado.

O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da **Educação de Jovens e Adultos**. Nas **Diretrizes** Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

Tanto a crítica à formação hierárquica da sociedade brasileira, quanto a inclusão do conjunto dos brasileiros vítimas de uma história excludente estão por se completar em nosso país. A barreira posta pela falta de alcance à leitura e à escrita prejudica sobre maneira a qualidade de vida de jovens e de adultos, estes últimos incluindo também os idosos, exatamente no momento em que o acesso ou não ao saber e aos meios de obtê-lo representam uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas. No século que se avizinha, e que está sendo chamado de “o século do conhecimento”, mais e mais saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo do trabalho. Adulto é o ente humano já inteiramente crescido. O estado de adulto (adultícia) inclui o idoso. Este parecer compreende os idosos como uma faixa etária sob a noção de adulto. Sobre o idoso, cf. art. 203, I e 229 da Constituição Federal (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2000, p.11).

Apesar da inclusão do idoso na EJA, percebe-se que caracterizá-lo como adulto submerge todas as suas peculiaridades, além das diferenças conceituais e necessidades educacionais. Deve-se pensar e analisar quais os motivos que levam o idoso à EJA, para que se institua uma metodologia e materiais adequados, além de um profissional preparado para trabalhar com este público.

Já, nas legislações referenciais à terceira idade, observa-se que a educação possui destaque. No artigo terceiro da **Política Nacional do Idoso** (Lei 8842/94), propõem-se a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas voltados ao idoso, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

Segundo o **Estatuto do Idoso** (Lei 10741/03), no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo integre-se à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados à população idosa.

Você conhece a Política Nacional do Idoso? E, o Estatuto do Idoso?

Nas deliberações da 1ª **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, no eixo da educação, ficam deliberados: a promoção e garantia de acesso à educação em todos níveis de ensino, com metodologias e currículos específicas, além de profissionais capacitados para o trabalho com o idoso; inserção do envelhecimento e velhice como tema transversal em todos os níveis de ensino; democratizar o acesso as Universidades da Terceira Idade; adequar a metodologia da EJA para a realidade e necessidades da pessoa idosa; promover a inclusão tecnológica e digital.

No texto base da 2ª **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, a educação é vista como “uma categoria associada à capacidade de oportunizar desenvolvimento pessoal, transformação e mudança social, além de qualificação para o trabalho e para vida coletiva” (SAFONS; PESSOA, 2008, p. 31). No mesmo documento, a educação considerada como política pública para o envelhecimento está amparada pelas Leis 8842/94 e 10741/03. A educação encontra apoio na cultura, a qual “expressa a totalidade das experiências materiais e simbólicas adquiridas e acumuladas pelas pessoas ao longo da vida e revela os comportamentos apreendidos no aprendizado social” (SAFONS; PESSOA, 2008, p. 32).

No **Plano de Viena**, a educação é entendida em seu caráter permanente, o qual auxilia diretamente a adaptação do indivíduo segundo o avanço de idade numa sociedade que evolui constantemente e que exige cada vez mais capacidades, inclusive laborais. Há várias recomendações no que diz respeito à educação, em especial a um ensino compatível aos idosos, respeitando o ritmo e estimulando para novas aprendizagens de uma maneira universalizada, além de estimular para auto-suficiência e responsabilidade. Deve-se também educar a população para o processo de envelhecimento e para o respeito e aceitação dos idosos. Conforme descrito no plano, “se deberá poner a disposición de las personas de edad amplia información sobre todos los aspectos de su vida, en forma clara y comprensible” (ONU, 1982, p. 38).

E, no **Plano de Madri**, a educação é encarada como uma base indispensável para uma vida ativa e digna, inclusive no envelhecimento. Segundo este mesmo plano, uma grande quantidade de pessoas idosas em países em desenvolvimento chega à velhice com noções de escrita e leitura. Porém, é necessário que educação seja intrínseca a qualquer indivíduo, desde a infância, para que quando esteja na terceira idade tenha condições de gozar seus direitos, seu bem-estar integral e reclamar por melhores condições. Além, disso, a educação deve possibilitar uma formação continuada para o mercado de trabalho, uma vez que o idoso tem condições de continuar trabalhando.

Este plano apresenta dois objetivos para a educação, o primeiro: “igualdad de oportunidades durante toda la vida en materia de educación permanente, capacitación y readiestramiento, así como de orientación profesional y acceso a servicios de colocación laboral” (ONU, 2002, p. 17); e o segundo “utilización plena de las posibilidades y los conocimientos de las personas de todas las edades, reconociendo los beneficios derivados de la mayor experiencia adquirida con la edad” (ONU, 2002, p. 18). Estes objetivos devem ser alcançados numa organização comum de toda sociedade civil e política, considerando a totalidade do ser idoso.

Na **Carta de Brasília** (2005), é recomendado o fomento de ações de capacitação dos idosos para o exercício da cidadania e protagonismo social.

A **Política Estadual dos Direitos do Idoso** (Lei Estadual 11863/97), no Título III do Artigo terceiro, também destaca a adequação de currículos, programas educacionais destinados aos idosos. Esta lei pressupõe o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino à distancia, adequados às condições do idoso.

As legislações próprias dirigidas ao público idoso apresentam os direitos relativos à educação, podendo-se citar o acesso aos mais diversos meios educacionais, continuidade, capacitação, inserção social e tecnológica,

importância da relação intergeracional, numa perspectiva de educação permanente.

Afirma-se então, mediante amparo destas **políticas** que a educação se constitui como **direito fundamental** do idoso, e age como política, na medida em que propõe e possibilita meios para os avanços sociais, reconhecimento da velhice, preparação para o envelhecimento, capacitação para enfrentar a globalização, formação para o mercado de trabalho, enfim, permita que o idoso se considere capaz, integrado e articulado, melhorando sua qualidade de vida.

Nas **políticas específicas para a educação**, percebe-se que em algumas leis o idoso é contemplado em alguns pontos, como também é integrado à educação de adultos ou à educação para todas as idades. Porém, ainda há a ausência de uma política pública específica para educação do idoso. Outro ponto de discussão refere-se à **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394/96) que em nenhum momento faz referência à educação para a terceira idade ou a integração do tema envelhecimento aos currículos.

Os próprios **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCN), não apresentam a temática do envelhecimento englobado na apresentação dos temas transversais, sabendo que o envelhecimento deve ser trabalhado nesta perspectiva e que estes parâmetros foram organizados posteriormente a Política Nacional do Idoso, que elencou uma série de orientações acerca da educação. Há apenas uma indicação referente ao processo de envelhecimento e à velhice, no PCN do Ensino Fundamental de Ciências Naturais, quando se trata do desenvolvimento humano.

Já, no **Plano Nacional de Educação** (Lei 10172/01 – 2001/2011) é apresentado em seus objetivos e metas o estímulo às universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade. Apesar das limitações do objetivo, ressalta-se que esta foi à primeira política educacional em nível nacional, no Brasil, que abriu um espaço ao idoso.

No Paraná, no ano de 2006, as **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos** acrescentou em sua redação o idoso, partindo para a estrutura da educação de jovens, adultos e idosos no estado. A partir destas diretrizes, percebe-se o idoso enquanto sujeito do processo de aprendizagem, que necessita de uma prática pedagógica emancipadora num caráter político, econômico, científico e ético-social (SEED, 2006).

Em relação às diretrizes internacionais, a educação para o idoso tem espaço nas **Declarações de Jomtien (1990), Hamburgo (1997) e Dakar (2000)**. Todas as declarações são resultados de Conferências Mundiais organizadas pela ONU e UNESCO.

Na **Declaração Mundial de Educação para Todos** – Jomtien, a educação é considerada como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Há a necessidade de universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. Assim, torna-se fundamental o acesso à educação e a promoção da equidade, independente de idade, raça, religião ou classe social.

Segundo as recomendações da **Declaração de Jomtien**, as políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias para se concretizar a plena provisão e utilização básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificadas por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional (ONU, 1990).

Na **Conferência Internacional de Educação de Adultos** (CONFINTEA V), na cidade de Hamburgo, no ano de 1997, obteve-se a Declaração de Hamburgo que recomenda que “governos e parceiros sociais devem tomar as medidas necessárias para garantir o acesso, durante toda a vida dos indivíduos, às oportunidades de educação” (UNESCO, 1999, p. 22).

Nesta declaração, percebe-se que a educação para terceira idade encontra um grande suporte, pois como recomendado, a educação básica para todos significa dar às pessoas, independente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Além de promover uma sociedade tolerante e instruída para o desenvolvimento socioeconômico (UNESCO, 1999).

A **Declaração de Hamburgo** também recomenda que o direito à educação e ao aprender por toda vida é uma necessidade, afirmando-se como direito de ler, escrever, questionar, analisar, ter acesso a recursos, desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. Hoje há mais idosos do que havia anteriormente, e esta dimensão prossegue aumentando. Estes idosos têm muito para oferecer ao desenvolvimento social. Deste modo, é importante que eles tenham a mesma oportunidade de aprender que os mais jovens. Suas habilidades devem ser reconhecidas, respeitadas e utilizadas (UNESCO, 1999).

A **Conferência Mundial de Educação para Todos** realizada em Dakar, no ano 2000, reafirmou a necessidade de uma educação em todas as idades. Recomendou-se novamente a necessidade de assegurar o direito de educação, para que haja a equidade de acesso a uma aprendizagem apropriada, que desenvolva habilidades e que possibilite programas de formação para a cidadania (ONU, 2000).

No ano de 2009, ocorreu em Belém (Pará), no Brasil a VI **Conferência Mundial de Educação de Adultos** (CONFINTEA VI). Esta conferência embasou-se no diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global, com a temática: “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos”.

Nesta conferência foram organizados diversos documentos que servirão de diretrizes para a educação de adultos nos próximos anos, destacando-se o Marco de Ação de Belém e o documento “Educação e Aprendizagem para todos”, que reúne as declarações finais das conferências regionais preparatórias para a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Segundo **Marco de Ação de Belém** (2010, p. 6 e 7),

Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal. Aprendizagem e educação de adultos atendem às necessidades de aprendizagem de adultos e de idosos. Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada país.

As diretrizes internacionais de educação não se findam no direito de uma educação para todos. Atualmente, além de garantir acesso a educação, afirma-se a necessidade de uma educação de qualidade, enfim, efetivar o ensino e a aprendizagem para todas as pessoas de todas as idades, focalizando as necessidades de quem aprende e dinamizando a prática de quem ensina (UNESCO, 2005).

A partir da busca de mais qualidade para a educação dos idosos, além da preocupação de quanto e como se aprende, se analisa como a aprendizagem realmente se efetiva em prol de benefícios próprios, da sociedade e do desenvolvimento (UNESCO, 2005).

O processo de envelhecimento deve ser encarado como problemática social. O perfil do idoso atual é diferente de meio século atrás, o que exige novas ações educacionais para este segmento, num aspecto permanente. **Aprender permanentemente, desenvolver novas habilidades são maneiras de**

enriquecimento pessoal do capital cultural, considerando a educação profícua para o idoso.

ATIVIDADES

1. Após a leitura desta unidade, responda:

a) O que é Educação Permanente?

b) Considerando a Educação de Adultos como *lócus* da discussão da educação não-formal, exemplifique ações que podem ser realizadas para promover o empoderamento dos sujeitos.

c) Como as políticas públicas contribuem para a educação do idoso?

d) Leia o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03 (Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25) e comente se ele está sendo aplicado na realidade brasileira.

ENVELHECIMENTO ATIVO

Roteiro de estudos:

Seção 1: Primeiras aproximações: independência e autonomia do idoso

Seção 2: O idoso como protagonista

Seção 3: Envelhecimento ativo

Seção 4: Empoderamento na Terceira Idade

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Prezado(a) aluno(a)!

Nesta unidade, vamos discutir sobre o processo de envelhecimento ativo, o qual representa um novo paradigma para o idoso na atualidade, rompendo os diversos preconceitos que revestem a velhice.

Torna-se fundamental considerar a capacidade dos sujeitos em realizar inúmeras atividades, independente da idade. Neste caso, destaca-se a importância de incentivar os idosos para que se mantenham realizando atividades, sejam por meio de trabalhos formais ou informais, como também a participação em diferentes grupos sociais.

Diante desta nova postura em relação aos idosos, valorizando suas capacidades produtivas, torna-se fundamental pensar em processos educativos e formativos que contribuam para o envelhecimento ativo.

Entretanto, além da atividade e da condição de manter-se em produção, é fundamental que os idosos tenham uma postura participativa, atuando na sociedade, como atores sociais. Para esta participação, a educação deve servir como ferramenta de empoderamento, possibilitando que os sujeitos tenham mais autonomia e independência, tanto no espaço individual como coletivo e social.

Realize suas leituras e reflexões desta unidade. Dediquem-se aos seus estudos! Bom trabalho!

SEÇÃO 1: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DO IDOSO

O **envelhecimento da população** mundial é um dos grandes desafios do século XXI, uma vez que há impactos sociais, os quais não foram planejados principalmente nos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2005), o processo de envelhecimento dos países em desenvolvimento ocorreu em torno de 3 décadas, situação distinta dos países desenvolvidos, os quais vivenciaram este processo em torno de 1 século, tempo suficiente para a estabilidade econômica e a formulação de políticas e programas para o envelhecimento.

Nesta realidade, também se encontra o Brasil. Hoje, de acordo com o IBGE (2013), **os idosos representam 12,6% da população** (23 milhões). Atualmente há mais idosos do que crianças de 0 a 6 anos, já em 2030 os idosos serão um grupo maior do que crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (IBGE). A quantidade de idosos vem aumentando constantemente e na próxima década (2025), o Brasil será o 6º país no mundo em número de idosos, de acordo com a OMS.

Diante deste panorama demográfico, surge a necessidade de se repensar o **processo de envelhecimento**, a velhice e as condições sociais dos idosos e dos futuros idosos. Assim, torna-se fundamental a implementação de programas e **políticas públicas** voltadas ao envelhecimento populacional.

Surge, então, a necessidade de uma nova concepção de velhice, aliada a uma identidade social consolidada do idoso, remete-se diretamente a autonomia e independência, fortalecendo a capacidade de continuar ativo e ter

papéis sociais definidos. A **independência**¹ e a **autonomia**² possibilitam gerir a própria vida, tomar decisões, não dependendo continuamente do auxílio de outras pessoas.

Já a No Brasil, a situação de dependência faz parte do contexto atual dos idosos, tanto na questão de falta de autonomia para a realização de atividades básicas da vida cotidiana, como na própria ausência de renda que pressupõe também dependência (CAMARANO, 2006).

Assim, a situação em que o idoso se encontra deve possibilitar alternativas para que o mesmo mantenha atividades, podendo realizar suas tarefas cotidianas, além de ter rendimentos suficientes para sua sobrevivência. Neste sentido, **com o envelhecimento, a qualidade de vida dos sujeitos é determinada muitas vezes pela capacidade de ser independente e autônomo** (CAMARANO, 1999; SMETHURST, 2004).

Você sabe o que é independência e autonomia?

A **independência** pressupõe a **atividade**, logo, pensar num idoso independente remete-se a possibilitar que este sujeito tenha condições de exercer um papel definido, tenha uma ocupação que o realize enquanto pessoa e seja reconhecido pela capacidade de desenvolver tarefas. Desta maneira, “a atividade pode ajudar pessoas idosas a ficarem independentes o máximo possível, pelo período de tempo mais longo” (WHO, 2005, p. 21).

A **independência aliada ao envelhecimento** não se restringe apenas à realização de tarefas, mas também pode estar aliada a capacidade do idoso de manter-se no mercado de trabalho, ou até mesmo voltar a trabalhar após a aposentadoria. Com a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, o idoso, se aposentado, pode complementar sua renda, auxiliando na economia doméstica, uma vez que a organização familiar atual se destaca pela complexidade, na qual o idoso por muitas vezes volta a ser chefe de família, sendo responsável pela manutenção da mesma.

Assim, a **autonomia e independência** do idoso tornam-se uma **necessidade econômica**, não cabendo mais uma visão de idoso dependente e inativo. Uma significativa parcela da população idosa nos últimos anos mantém-se encarregada pelos rendimentos familiares, por meio de sua aposentadoria, e quando esta não é suficiente, buscam **novas alternativas de renda**.

1 Independência é “a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros” (WHO, 2005, p. 14).

2 Autonomia é: “habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências” (WHO, 2005, p. 14).

Quando o mercado de trabalho, o emprego, a educação, as políticas sociais e de saúde e os programas apoiam a participação integral em atividades socioeconômicas, culturais e espirituais, conforme seus direitos humanos fundamentais, capacidades, necessidades e preferências, os indivíduos continuam a contribuir para a sociedade com atividades remuneradas enquanto envelhecem (WHO, 2005).

A partir destes condicionantes, é necessário **limitar ou retardar a dependência** no processo de envelhecimento, fortalecendo a capacidade ativa do idoso. Porém, este fato revela-se como uma das grandes contradições da velhice, pois ao mesmo tempo em que é necessário que o idoso seja ativo, o mesmo é foco de estigmas e preconceitos em relação a sua idade. Desta maneira, “uma abordagem de envelhecimento ativo busca eliminar a discriminação de idade e reconhecer a diversidade das populações mais velhas” (WHO, 2005, p. 46).

Percebe-se então, que “existe uma relação estreita entre a atividade social e a satisfação na velhice. Inversamente, a perda de papéis sociais, a viuvez e a aposentadoria geram insatisfação” (OLIVEIRA, 2002, p. 42). Entretanto, estas insatisfações não podem ser condicionadas como as principais razões de vida dos idosos, ao contrário, a sociedade deve propiciar que o idoso supere as suas perdas e dificuldades para que retome ou insira-se em novas atividades.

Mesmo que haja uma visão predominante de associar envelhecimento à dependência e a problemas sociais (CAMARANO; PASINATO, 2004), é necessário perceber que a partir da possibilidade de permitir que o **idoso esteja integrado e socialmente aceito**, este continuará a desempenhar atividades e estará contribuindo significativamente para a organização social e econômica do país.

Desta maneira, “toda ação dirigida ao idoso deveria tomar o cuidado de promovê-lo no sentido de estimular a sua autonomia. O idoso não precisa de alguém que fale por ele e lute por ele. Ele precisa de quem fale e lute com ele” (PONTAROLO; OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Obviamente, não se pode desconsiderar o fato que “a proporção de dependência na 3ª idade é um dado essencial para economistas e atuários que fazem previsões sobre as implicações financeiras das políticas de aposentadorias e pensões (WHO, 2005, p. 10)”. Porém, a “**dependência pode ser reduzida por políticas sociais**” (CAMARANO, p. 68, 2006).

SEÇÃO 2: O IDOSO COMO PROTAGONISTA

O apoio e amparo ao idoso são compromissos sociais, que devem articular todas as ações voltadas para este segmento, a fim de contribuir para a constituição de papéis sociais na velhice. Deve-se **possibilitar que o idoso**, enquanto **sujeito ativo lute pelos seus direitos** e tenha assegurado condições mínimas de sobrevivência e cidadania.

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de **desenvolver atividades** e desempenhar **novos papéis sociais** percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de **idosos** como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um **segmento populacional ativo** e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que “os velhos como coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico” (FONTE, 2002, p.12).

Hoje o idoso deve ser protagonista de sua vida, com autonomia e independência.

Assim, os **idosos**, ao definirem sua **identidade**, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que tem capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Como afirma Steglich (1992, p. 61) “**a melhor forma de construir a própria personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade**”.

Por meio deste pressuposto, o idoso busca alternativas para superação das dificuldades que lhes foram impostas durante sua vida e acentuadas quando ingressa na terceira idade. Neste sentido, “é a partir do sofrimento do indivíduo dividido e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito transforma-se em capacidade para ser um ator social” (TOURAINÉ, 1998, p.102).

O idoso, ao se organizar e procurar transformar a realidade em que se encontra, tem possibilidades de agir e consolida-se como um **novo ator**

social, que se predispõe a lutar por direitos básicos, os quais por vezes não são respeitados. Este novo ator social se estrutura numa sociedade que aos poucos começa a perceber a influência do contingente idoso, tanto na organização quanto nos aspectos políticos.

Logo, a mobilidade e a capacidade de atuação do idoso em prol de seus próprios direitos tende a ser uma nova etapa da cultura da velhice no Brasil, reconhecendo que estes sujeitos não deixam de pensar criticamente ou perceber os preconceitos e a marginalização social porque são idosos.

Segundo Touraine (1998), para que haja a formação de novos atores sociais é necessário que uma nova sociedade seja reconhecida. O mundo atual revela-se com um conjunto de incontroláveis fluxos, numa constante transformação, o que supõe que novos movimentos sociais se formem. Mas, a ação coletiva é proveniente da vontade individual ou grupo em agir sobre a estrutura atual, construindo e transformando a própria identidade e integração, a fim de defender um ideal de solidariedade.

Assim, é o **movimento** que pressupõe a possibilidade de **mudança**. Quando os idosos se organizam num ideal de solidariedade, buscando uma melhoria nos condicionantes sociais a que estão submetidos, a mudança social pode ocorrer, resultando numa **nova concepção social e cultural do envelhecimento**.

Entretanto, nota-se que “o que quase sempre falta para que apareçam **atores sociais organizados**, capazes ao mesmo tempo de convicções sociais e de ações coletivas, é uma definição do adversário” (TOURAINÉ, p. 355, 1998). Para que a ação dos idosos, enquanto **atores sociais**, se efetive, é necessário definir o que se pretende buscar através da **mobilização** e das **ações sociais**.

Nos últimos anos o perfil demográfico se alterou e a maior inserção de idoso em espaços públicos não se refere apenas ao aumento desta população. No decorrer das últimas décadas o comportamento dos idosos vem se alterando, tornam-se cada vez mais participantes, devido ao desejo de se tornarem cada vez mais úteis e de viver intensamente (FERRIGNO, 2005).

Ao se pensar num novo ator social, o idoso alcança esta representação a partir do momento em que se encontra como um idoso ativo. Desta maneira, **“a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho”** (WHO, 2005, p. 13).

SEÇÃO 3: ENVELHECIMENTO ATIVO

O **envelhecimento ativo**, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os **idosos ativos**, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década.

Você sabe o que é envelhecimento ativo?

O envelhecimento ativo caracteriza-se como “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005).

Neste sentido, pensar o envelhecimento de maneira ativa, significa permitir a atividade laboral por mais tempo, oferecendo condições para isso. Buscar alternativas para que haja uma **cidadania ativa**, com participação constante nas **questões políticas, econômicas e sociais**. Possibilitar aos sujeitos que desfrutam de boa saúde, por meio de ações voltadas à melhoria dos programas de saúde, com uma ação efetiva em relação à prevenção de doenças (COMISSÃO EUROPÉIA, 2012).

Em relação ao envelhecimento ativo, há necessidade de se pensar nos diferentes grupos etários, não restringindo às demandas ao grupo dos idosos. Torna-se fundamental a **preparação para o envelhecimento e a velhice**, através de processos formativos formais e informais, considerando as questões culturais e a superação de estereótipos negativos.

Considerando o processo de envelhecimento, há a necessidade de buscar alternativas que viabilizem a **atuação dos sujeitos em diversos espaços na medida em que envelhecem**. Neste sentido, é importante pensar em estratégias para a formação contínua de trabalhadores, valorizando o potencial de trabalho. No caso dos idosos, há possibilidades de manutenção dos seus empregos e a atuação em diferentes atividades, para tanto deve-se haver programas de formação e atualização, além da adaptação às funções de acordo com as condições físicas e psicológicas.

Como o **número de idosos** vem aumentando exponencialmente, pensar em processos que considerem o envelhecimento ativo, não correspondem apenas a uma nova concepção de velhice, mas também a **manutenção da**

viabilidade econômica dos países, principalmente os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos (HESSEL, 2008).

Com a diminuição das taxas de natalidade e o processo de envelhecimento, não está ocorrendo a manutenção da população ativa (trabalhadores não aposentados). Assim, torna-se fundamental que as **pessoas se mantenham por mais tempo no mercado de trabalho**. E, para que este processo possa ocorrer, deve-se haver estímulos para que os idosos se mantenham no mercado de trabalho, em jornadas integrais ou parciais.

Entretanto, para que os **idosos** possam continuar atuando ou ingressar no **mercado de trabalho**, é importante que ocorra a melhoria da qualidade dos campos de trabalho, além de processos formativos em serviço, que não diminuam com o passar do tempo.

Outro ponto, apresentado por Hessel (2008), diz respeito a manutenção de empregos de trabalhadores braçais e assalariados, pois estes tem muita dificuldade de se manterem em atividade, após longos períodos de trabalho. Muitas vezes, estes sujeitos não têm condições físicas e/ou mentais para que na velhice consigam desempenhar algum tipo de atividade laboral formal ou informal.

Neste sentido, programas de **formação profissional** aliados ao **processo educacional** contribuem para que os trabalhadores possam envelhecer de uma maneira mais saudável e ajustados às demandas do mercado de trabalho.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2005, p. 31),

Em todo o mundo, se mais pessoas pudessem ter, o quanto antes em sua vida, oportunidades de trabalho digno (com remuneração adequada, em ambientes apropriados, e protegidos contra riscos), iriam chegar à velhice ainda capazes de participar da força de trabalho. Assim, toda a sociedade se beneficiaria. Em todas as partes do mundo, há um aumento do reconhecimento da necessidade de se apoiar a contribuição ativa e produtiva que idosos podem dar e fazer no trabalho formal, informal, nas atividades não-remuneradas em casa e em ocupações voluntárias.

Desta maneira, deve-se considerar o **potencial produtivo dos sujeitos**, superando visões reducionistas que consideram os idosos como incapazes de realizar atividades simples, como também possuem incapacidade de aprender e se desenvolver.

Considerando o envelhecimento ativo, é fundamental valorizar as **diferentes capacidades** das pessoas, independente da idade. As experiências pessoais definem as apropriações de determinados conhecimentos e a facilidade em realizar determinados tipos de atividades (laborais, por exemplo),

mas não limitam ou cerceiam a possibilidade de adquirir novos conhecimentos ou aprender a realizar outras atividades, salvo sob a influência de algumas patologias.

Diante desta situação, os idosos podem iniciar outras atividades e inclusive outras carreiras profissionais, desde que tenham espaços que formação que possam ingressar sem o preceito de que a idade é fator limitante.

O envelhecimento ativo pressupõe a ação e esta pode ser ligada ao mercado de trabalho ou não. Os idosos podem ingressar em novos grupos sociais, realizar atividades voluntárias ou mesmo manterem-se ativos em suas próprias casas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, “O enfoque apenas no mercado de trabalho formal tende a ignorar a valorosa contribuição que os idosos dão ao setor informal (atividades autônomas e serviço doméstico) e ao trabalho não-remunerado em casa” (OMS, 2005, p. 32).

“O **trabalho voluntário** beneficia os idosos ao aumentar os contatos sociais e o bem-estar psicológico e, ao mesmo tempo, oferece uma relevante contribuição para as comunidades e nações” (OMS, 2005, p. 32). Assim, **envelhecer de forma saudável significa ser ativo, com boas condições de saúde e qualidade de vida.** É tornar-se idoso funcionalmente independente, com bem-estar físico e mental.

A realização de atividades possibilita a prevenção da dependência, sendo o idoso mais autônomo para realizar suas atividades cotidianas e mais independente para atuar em diferentes espaços. Além da melhoria da condição individual, o **envelhecimento ativo promove a mudança de paradigma em relação à velhice**, como também desperta o interesse e a vontade de mais pessoas manterem-se atuantes por um maior espaço de tempo. Estas ações beneficiam diretamente a sociedade, uma vez que se diminui as demandas com saúde e seguridade, como também contribuem para as economias locais, regionais e nacionais.

Quando o mercado de trabalho, o emprego, a educação, as políticas sociais e de saúde e os programas apoiam a participação integral em atividades socioeconômicas, culturais e espirituais, conforme seus direitos humanos fundamentais, capacidades, necessidades e preferências, os indivíduos continuam a contribuir para a sociedade com atividades remuneradas enquanto envelhecem (OMS, 2005, p. 46).

Entretanto, o envelhecimento ativo não se restringe a participação na força de trabalho ou capacidades físicas ativas, corresponde à participação

nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais, políticas. Define a capacidade do idoso em atuar em diferentes espaços, uma vez que os círculos sociais tendem a diminuir com o avanço da idade.

Pensar no envelhecimento ativo hoje é uma necessidade urgente, que depende de apoio e ações planejadas pelo poder público. Torna-se fundamental a existência de políticas públicas para tal finalidade.

Neste sentido, torna-se fundamental pensar em **políticas públicas e programas sociais** que atendam às demandas dos idosos e proporcionem condições para que o envelhecimento ativo seja possível.

Estas políticas e programas para o envelhecimento ativo devem promover a autonomia, bem estar físico e atuação social.

Porém, não cabe apenas ações políticas para que o envelhecimento ativo se efetive, uma vez que este é um processo que diz respeito à toda população e corresponde a todo ciclo vital. Paúl (2005) aponta que a sociedade tem a responsabilidade de criar espaços diversificados, seguros e acessíveis aos idosos, além de possibilitar sua participação social e política. Segundo a mesma autora “A promoção da vida social, solidária e voluntária, o exercício da cidadania é uma responsabilidade coletiva e um dever e direito individual” (PAÚL, 2005, p. 284).

Torna-se fundamental, então, garantir a **possibilidade de participação** de todos os sujeitos, entendendo não apenas como uma benesse do Estado, mas como uma necessidade, para que as ações coletivas permitam que haja uma **rede de proteção aos idosos**.

Há necessidade, também, de possibilitar que os **idosos** integrem os **grupos sociais** e atuem enquanto sujeitos, que reclamam e organizam-se em prol dos seus direitos. Para tanto, emerge uma demanda específica de formação dos idosos, para que estes possam desfrutar de um processo de envelhecimento ativo.

Logo, tanto idosos, seus cuidadores, familiares e demais agentes sociais devem estar envolvidos diretamente em ações de **planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, programas sociais e atividades voltadas à terceira idade**, os quais tenham como objetivo promover o envelhecimento ativo.

Segundo Assis (2005, p. 12)

O envelhecimento ativo é uma aspiração básica que potencializa o viver e depende, em grande parte, de condições sociais e políticas

públicas que garantam direitos básicos de cidadania e possibilitem práticas tendencialmente saudáveis, como alimentação equilibrada, atividade física, uso prazeroso do corpo, inserção social e ocupacional dotadas de significado, lazer gratificante, além do acesso a serviços assistenciais e preventivos. Trata-se de metas complexas, em torno das quais são necessários movimentos individuais e coletivos que anunciem e apontem a construção de uma nova ordem societária.

Assim, o processo de envelhecimento ativo depende de uma série de determinantes que envolvem os sujeitos, famílias e a sociedade. Estes determinantes (questões de infraestrutura, ações, políticas) interferem na qualidade de vida de todos, não apenas de idosos. Assim, **todos os investimentos e esforços no sentido de promover o envelhecimento ativo resultam em melhorias na qualidade de vida de todos os sujeitos, independente da idade (SMETHURST, 2004).**

Considerando tal premissa, cabe buscar a implementação de políticas e programas que não se baseiem apenas na idade cronológica, mas que atendam as demandas populacionais, visando a qualidade de vida de todos os sujeitos. Desta forma, busca-se superar a distinção dos grupos etários, com vistas à generalidade e a igualdade dos cidadãos.

Para a efetivação dos idosos, como novos atores sociais, percebe-se que “qualquer esforço no sentido de promover o envelhecimento ativo resultará em efetiva melhoria da qualidade de vida de todos” (SMETHURST, 2004, p. 151). Neste sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, por meio da autoafirmação, como também pela elevação da autoestima, por ver-se novamente útil.

Assim, este momento social atual, fortalece-se de um novo paradigma, o qual percebe os idosos como **“participantes ativos de uma sociedade com integração de idade, contribuintes ativos, e beneficiários do desenvolvimento”** (WHO, 2005, p. 44).

A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, atividade e na plena participação das pessoas idosas, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença (BATISTA *et al*, 2008).

Na **cultura de velhice** que começa a se destacar atualmente, o idoso é percebido dentro do contexto social, tendo seu espaço para reclamar seus direitos, como também auxiliar na formação de uma sociedade mais justa e democrática, com direitos igualitários para todos.

Ao assumir este papel social, os **idosos** encontram-se inseridos no processo de transformação social, como **agentes do processo**. Os idosos podem contribuir por meio de inserção política, social e cultural, os quais têm importante participação na conservação da identidade e memória social, auxiliando diretamente para o estabelecimento de uma nova visão de idoso ativo, substituindo a velha imagem do envelhecimento (SANTANA; SENA, 2003).

Para que a população em geral alcance um novo conceito sobre o idoso, é preciso que uma mudança cultural ocorra. Perceber o envelhecimento ativo traduz um grande avanço social e cultural, porém, muito ainda precisa ser feito para que de fato os estereótipos de velhice sejam superados. Segundo a Organização Mundial de Saúde, “a cultura é um fator determinante transversal dentro da estrutura para compreender o envelhecimento ativo” (WHO, 2005, p. 20).

As alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico.

Você já identificou ações que representam a atuação dos idosos enquanto atores sociais?

O **idoso** conseguirá movimentar a sociedade a partir do momento em que estabelecer a própria **identidade**, percebendo-se no processo de socialização, não apenas como sujeito, mas também como **agente**. “A partir do fortalecimento da auto-imagem do idoso e de sua identidade, o mesmo será capaz de adaptar-se às transformações decorrentes do envelhecimento, aceitando-o e contribuindo para a formação de uma nova imagem da velhice” (SANTANA; SENA, 2003, p. 50).

O papel da identidade do idoso se refere a “aquilo que o faz reconhecer-se por reconhecimento do outro” (STANO, 2007, p. 10). Assim, a identidade estabelece-se pela atividade. Percebe-se então que se estabelece “a transformação de uma abordagem historicamente centrada nos aspectos individuais e biológicos da velhice para uma perspectiva que identifica as pessoas idosas como um setor social de crescente importância” (FONTE, 2002, p. 9).

Segundo Touraine (1998), a **identidade** apenas será construída quando houver a complementaridade de três forças:

[...] o desejo pessoal de salvaguardar a unidade de personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito (p. 103).

A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade. “É verdade que o sujeito não pode ser apenas defesa e luta; é também afirmação, felicidade, sucesso. Mas não é o arquiteto de uma ordem ideal: é, isto sim, uma força de libertação” (TOURAINÉ, 1998, p. 103).

Neste contexto, o idoso estabelece **novas possibilidades de ação**, superando o medo e a angústia de tentar buscar alternativas reais de desenvolvimento e luta pelos seus ideais. **O idoso como todo sujeito é eminentemente social, logo, a luta pelos direitos deve estar presente dentre seus propósitos.**

Pensar um envelhecimento ativo, no qual cada vez mais idosos apresentam condições de expressar os seus desejos, como também suas dúvidas e críticas tornam a sociedade como uma grande construção coletiva e democrática. Segundo Oliveira (2002, p. 49), “o idoso tem necessidade de estar integrado à sociedade”. Assim, não é a idade que determina as condições ou possibilidades de estar integrado ao contexto social.

A **participação social** deve ser entendida como **direito de todos** os sujeitos, caracterizando-os como cidadãos, independentemente de classe social, raça, gênero ou faixa etária. O direito a inserção social deve ser preservado em todas as situações, para todas as pessoas que compõe a sociedade brasileira. Apesar de culturalmente o respeito à dignidade humana não ser encarado como direito de todos no Brasil, a partir do momento em que cada vez mais grupos minoritários começarem a se mobilizar, novos conceitos culturais poderão ser formados.

Mesmo sendo caracterizados por muitas vezes como um grupo minoritário, os **idosos** estão começando uma **organização coletiva**, permitindo que a luta por direitos se solidifique, sendo incorporados novos conceitos à terceira idade. Em algumas situações, o idoso passa a ser considerado um rebelde, por não aceitar mais as condições que lhe eram impostas pela sociedade e pela família.

Entretanto, é através desta “rebeldia” que o idoso passa a integrar-se cada vez mais e buscar novas alternativas de participação e integração dentro da sociedade. “A participação cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo” (GOHN, 2003, p. 18).

Neste sentido, o idoso quer ver-se integrado, não sendo lembrado apenas quando é conveniente durante campanhas eleitoreiras ou pela família quando precisa que este desempenhe alguma atividade. Como afirma Ferrigno (2005, p.27) “assim como os adolescentes têm sua turma, também os idosos sentem essa necessidade e tem esse direito”.

E, é a partir da **integração entre os idosos**, que estes começam a pensar de maneira coletiva e estabelecer projetos em comum, para a busca de direitos a todos, constituindo um grupo de atores sociais, que unidos organizam-se em movimentos sociais com o objetivo de alcançar melhorias da qualidade e dignidade de vida da população idosa.

Nesta perspectiva, o idoso torna-se agente direto em busca da concessão de um contexto social que agregue todos os sujeitos, estabelecendo um compromisso de ator social frente à população, principalmente a aqueles que socialmente marginalizados necessitam de apoio e voz para a apropriação de seus direitos.

“O ser humano é sociável por natureza e a falta de relação é utilizada em todas as idades como um indicador de marginalização e possível desajuste social, origem de condutas negativas para o indivíduo e a sociedade” (MORAGAS, 2004, p. 19). Os idosos, uma vez integrados ao entorno social e político, tem menos possibilidades de sofrerem com a marginalização, sendo percebidos como sujeitos sociais. Sendo assim, esta integração pressupõe a ação, a atividade e a mobilização.

Denota-se então que existe a necessidade de criação de ambientes específicos para a integração e participação social dos idosos nas suas comunidades. Há o aumento da visibilidade deste grupo, que enquanto segmento social luta por seus direitos elementares; pela cidadania individual e coletiva; contra exclusão social e preconceitos (BORGES, 2003).

Como é possível contribuir para que os idosos possam unir-se em causas coletivas, lutando pela defesa de seus direitos?

Apesar de todas as conquistas que o segmento idoso vem atingindo nos últimos anos, através de sua representatividade e das concepções de envelhecimento ativo e constituição de um novo ator social, alguns pontos ainda precisam avançar. Conforme Whitaker (2007, p. 107), “se o idoso perde o

poder, ainda há direitos. E por estes deve-se continuar lutando. Quanto menos poder, menos prestígio, assim maior deve ser a luta pelos direitos”.

A luta pelos direitos dos idosos deve ser reclamada pelos idosos, porém é necessário destacar que nem toda a população idosa tem condições de acesso ao conhecimento de quais são seus direitos elementares, o que lhe deve ser garantido e acabam aceitando situações de discriminação e marginalização por falta de esclarecimentos.

Desta maneira, para que de fato ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos é fundamental e urgente que a **instrumentalização e a educação** sejam possibilitadas a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor **qualidade de vida**.

Aos idosos que tiveram a possibilidade de uma educação que permita que hoje tenham discernimento do que lhes é imposto pela sociedade e que lutam pela contestação do que está errado, cabe o papel de verdadeiros atores sociais mobilizados em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para toda população, em especial a idosa.

Nestes condicionantes, a **educação** apresenta-se como **propulsora da transformação social**, pois é através dela que além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida.

Para tanto, torna-se fundamental uma ação educacional, tanto para os idosos quanto para os demais cidadãos, promovendo um maior conhecimento sobre a velhice e o envelhecimento, além de promover o envelhecimento ativo, pensado desde a infância até a terceira idade.

SEÇÃO 4: EMPODERAMENTO NA TERCEIRA IDADE

Segundo Moody (1989), pode-se considerar **quatro modelos de percepção** relacionadas com as pessoas da terceira idade. São, na realidade, quatro concepções ou estágios no âmbito cultural e social com respeito a atitude frente ao tema.

O **primeiro estágio** denominado repulsão refere-se as atitudes negativas praticadas na sociedade sobre o envelhecimento. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade visando essencialmente o lucro. Nesse contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de

produção. Sob esse aspecto repousa de maneira inconsciente a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a educação que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro. Esse modelo atribui a velhice um quadro de incapacidade generalizado com ênfase no declínio cognitivo.

O **segundo estágio** refere-se a forma de percepção relacionada com os serviços sociais. Trata-se do entretenimento, mantendo os idosos ocupados pela atividade dentro de uma perspectiva não de produtores mas de consumidores dentro da sociedade. Refere-se, portanto, a diferentes maneiras de ocupar os idosos no seu tempo de lazer através de atividades diversificadas.

A atenção dispensada pelo segmento da sociedade que encara a velhice sob esse modelo procura adaptar o ambiente às necessidades e circunstâncias dos idosos para que possam desfrutar o que lhes for oferecido dentro de uma perspectiva consumista. As revistas, por exemplo, passam a ser escritas com letras maiores visando facilitar a leitura, a locomoção fica facilitada com o gratuidade dos transportes e a integração através da criação de associações específicas para essa faixa etária.

O **terceiro estágio** refere-se à participação, preparando-os para assumirem novos papéis ativos e desafiando estereótipos que buscam definir negativamente a terceira idade de forma apriorística. A atividade criteriosamente selecionada se converte em condição fundamental para uma vida com êxito.

A educação assume papel relevante nesse modelo como condição para permitir ao idoso viver e acompanhar as constantes evoluções da sociedade, adaptando e participando ativamente desse ritmo acelerado de mudanças. Esse terceiro modelo reforça a participação e integração do idoso na sociedade repudiando a segregação e o isolamento da população idosa.

O **quarto estágio** é o da auto-realização. A terceira idade é descrita como um período de crescimento, de criatividade com avanços respaldados na experiência acumulada ao longo dos anos de vivência do indivíduo. É vista como um período com características próprias quando muitos projetos e atividades que até então não haviam sido realizados acenam para a concretização, buscando a satisfação pessoal, o crescimento e as mudanças psicológicas.

Pela **valorização da criatividade e crescimento**, a deterioração intelectual não é atribuída à idade mais avançada, mas é considerada uma questão de diferenças individuais. Por isso, as atividades e a participação social são aspectos relevantes que possibilitam a melhoria do perfil funcional dos indivíduos dessa faixa populacional.

Esses modelos, brevemente citados, estão presentes na consciência coletiva e podem avaliar intervenções sociais e formas de superar os modelos pré-estabelecidos sobre a terceira idade.

Todas as experiências por que passa o ser humano pressupõe aspectos positivos e negativos. A maneira como cada um encara a situação é que constituirá o diferencial e possibilitará outros avanços.

O envelhecimento e a velhice enquanto etapa da vida não constitui um processo unicamente biológico, mas constitui uma **construção social**. Dentro dessas perspectivas muitas são as teorias sociológicas que procuram estudar essa etapa.

A **teoria do retraimento ou da desvinculação** elaborada por Elaine Cummings e William Henry em 1961 (MISHARA; RIEDEL, 1986) analisa o envelhecimento como um processo onde o decréscimo é inevitável na interação entre a pessoa que envelhece e as demais pessoas do meio social. Dentro dessa teoria, o indivíduo é estudado como um sujeito que sofre deterioração nos aspectos biológico, psíquico e social e em contrapartida o indivíduo participa cada vez menos da vida em sociedade e em decorrência a própria sociedade lhe oferece cada vez menos oportunidades de participação. Dessa maneira, constata-se um retraimento recíproco da sociedade e do indivíduo. Esse retraimento conduz a sérias consequências psicológicas e sociais para a pessoa idosa.

Socialmente, é necessário que o idoso sinta-se integrado, fazendo parte do todo social que constitui a vida de cada um.

No **aspecto psicológico**, a pessoa volta-se cada vez mais para si mesma diminuindo o interesse por outras pessoas e pela sua própria vida em sociedade. Seguindo a esse retraimento, como consequência social percebe-se a diminuição da interação entre os idosos e outras pessoas da rede social, ficando o contato restrito aos familiares ou ao seu cuidador.

Existe, portanto, uma desvinculação progressiva da pessoa idosa, e esse afastamento recebe apoio da sociedade onde com o retraimento do idoso, surge um maior espaço para ser ocupado pelos jovens.

A esse afastamento convergem as políticas públicas e sociais evidenciando a força dos jovens e menosprezando a dos idosos, diminuindo seu potencial criativo, de empreendedor. Atribui-se também essa visão a falta de integração entre as gerações e o pouco valor e respeito ao idoso, como um segmento que muito contribuiu para a sociedade e que precisa da valorização e reconhecimento social.

Segundo Atchley (1976) a **desvinculação** não é um fenômeno natural e nem algo inevitável. A desvinculação é prejudicial para a velhice, fortalecendo

a idade como um fator de discriminação entre as pessoas, favorecendo a segregação ou a indiferença aos idosos (OLIVEIRA, 1998).

Em oposição a essa teoria delinea-se a **Teoria da Atividade**, formulada por Havighurst, em 1963 (BAZO, 1990), onde a atividade passa a apresentar valor inestimável, porque a “ausência da atividade supõe a apatia, a depressão e o pessimismo” (OLIVEIRA, 1998, p.55)

A teoria da atividade parte do pressuposto de que só o indivíduo ativo pode sentir-se feliz e satisfeito. A pessoa deve ser produtiva e útil dentro do contexto em que vive, no aspecto material e profissional, físico e psicológico.

Na velhice, compete a cada um dar continuidade as atividades que anteriormente desenvolvia ou desenvolver outras que lhe causem prazer, auto realização e participação na sociedade.

Enquanto o idoso desenvolve alguma atividade, realiza-se, torna-se satisfeito, melhorando sua autoestima, a imagem de si mesmo e ocupa diferentes papéis sociais.

Na medida em que o indivíduo envelhece existe uma modificação significativa dos **papéis sociais** que desempenha carecendo até certo ponto de uma definição mais objetiva, de propósito e de identidade. Esses papéis precisam ser constantemente substituídos, caso contrário, o idoso interioriza uma anomia tornando-se alienado de si mesmo e da sociedade.

Outro aspecto que reforça essa teoria, como afirma Oliveira (1998, p.56) refere-se...

a valorização da velhice, atribuindo aos idosos novos papéis socialmente valorizados, talvez acompanhados de uma forma de remuneração, o que garante em primeiro lugar um complemento econômico e depois porque a sociedade atualmente valoriza as atividades vinculadas ao dinheiro, desmerecendo o trabalho gratuito. Os processos educativos, nas sociedades industriais, deveriam valorizar o capital cultural e as atividades do idoso, porém isso não ocorre.

O idoso, em muitas sociedades atualmente, é visto como uma pessoa com limitações, relacionando esta faixa etária a doenças, solidão, incapacidades de diferentes tipos (física, mental, laboral), isolamento, saúde precária, enfim, uma visão extremamente cruel e reducionista.

Entretanto, este panorama está mudando como resposta ao imperativo demográfico dos idosos, com um grande contingente, uma longevidade real, na qual se percebe que o número de idosos com mais de 100 anos cresce assustadoramente em nível mundial, apresentando lucidez e qualidade de vida, além de uma maior participação e intervenção social.

Diante do panorama atual que circunda a velhice e o processo de envelhecimento, é fundamental empoderar os idosos. Você sabe o que é empoderamento?

O termo *Empowerment* já há muito faz parte da literatura brasileira, sendo traduzido como **empoderamento** no sentido de aumento de poder e como decorrência também maior autonomia no aspecto pessoal e no coletivo. Em especial este termo é utilizado quando se verifica um grupo que sofre discriminações, é estereotipado negativamente, sofre diferentes situações de opressão e violência, o que requer uma mudança e superação deste panorama de hostilidade.

Segundo Pinheiro e Miranda (2010, p.10).

O termo *Empowerment* também possui raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da ação social, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, por volta da segunda metade do século XX. Na década de 1970 foi influenciado por movimentos de autoajuda e movimentos a favor do direito a cidadania em diferentes esferas da vida social, entre os quais a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico, e hoje tem representado um elemento central das políticas sociais e do serviço social na Europa e nos principais países anglo-saxônicos.

O **poder** pode ser entendido como um **processo de conscientização**, no qual o indivíduo interage com o seu contexto social, conhece a si e ao mundo, transformando a si ao mesmo tempo em que é transformado pelo mundo. Esta maior criticidade e visão do mundo possibilita uma maior capacidade de intervenção e controle das situações. O idoso encontra-se entre os grupos que são marginalizados e oprimidos caracterizados pelo que Freire chama de cultura do silêncio. Nesse sentido ocorre a transformação social entre os que detêm ou não o poder e resulta em uma distribuição com maior equitatividade (2005).

Nesta nova visão, os idosos, irão desempenhar um papel mais ativo, desenvolvendo suas habilidades e assumindo a postura de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Segundo Oliveira et al (2010, p. 5),

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Estas diferentes roupagens assumidas pelo poder não se excluem, ao contrário, se complementam e beneficiam no seu conjunto o progresso do indivíduo, da família ou do grupo. Compete a cada um dos grupos sociais promover o seu próprio

desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento é a distribuição mais equilibrada do poder entre os indivíduos na sociedade.

Considerar que para um grupo se **empoderar**, é necessário que outros grupos diminuam ou percam o poder não corresponde a realidade. Quando se considera que hoje se vive a era do empoderamento, implica que outros grupos que se encontram à margem do poder, necessitam de apoio para empoderar-se, logo todo grupo possui poder variando conforme o contexto em que está inserido, entretanto possibilita o aumento do poder dos grupos mais desprovidos. Certamente o empoderamento dos idosos levará a consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

“Tanto ‘empoderados’ como ‘desempoderados’ são categorias de atores fundamentais para a compreensão da dinâmica em qualquer processo de desenvolvimento”, neste sentido “o poder define o padrão básico das relações econômicas e sociais em um dado contexto, e portanto, tem influência fundamental em qualquer intervenção que potencialmente ameace a distribuição existe” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 10).

Os idosos na sociedade brasileira são considerados desempoderados porque são vitimizados culturalmente, resultado da vulnerabilidade reforçada por preconceitos e estereótipos negativos relativos à velhice. Entretanto os idosos organizam-se e mobilizam-se para adquirir maior reconhecimento social, e assim passam constituírem um desafio às estruturas existentes.

Percebe-se então que os idosos encontram-se numa situação de **vulnerabilidade**, a qual segundo Castel (1998) conjuga a precariedade das condições de trabalho e a fragilidade das bases de coesão social. As pessoas idosas defrontam-se com os efeitos desta vulnerabilidade social, pois são consideradas socialmente como improdutivas e muitas vezes não tem acesso ao mercado de trabalho e mantém na informalidade. A segunda dificuldade enfrentada refere-se à dificuldade de muitos idosos em possuírem uma autonomia econômica, social e até mesmo simbólica, o que resulta em diversos preconceitos, tanto na família, como na sociedade.

Conforme aponta Katzman (2005), vulnerabilidade não significa pobreza, mas a inclui. A pobreza faz referência a uma situação de carência efetiva e vivenciada no atual momento, enquanto a vulnerabilidade transcende tal condição, projetando no futuro a possibilidade de padecer, a partir das debilidades enfrentadas no presente. Sobre esta perspectiva é que se encontram muitos idosos, em situação de vulnerabilidade social, além de sofrerem com a

perda de laços afetivos, serem vítimas da exclusão, marginalização e inúmeras violências (físicas e psicológicas).

Com esta afirmação, não significa, que para o grupo de idosos adquirir poder, necessariamente precisa ocorrer uma redução de poder por parte de outros grupos, mas certamente, o empoderamento deste grupo resultará em consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

“O poder também está relacionado com o conhecimento o qual consiste em uma fonte de poder e uma forma de adquiri-lo” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11). Assim, todo conhecimento adquirido pode interferir e alterar as relações existentes, na medida em que este legitima a autoridade. Contrapondo-se a isto, a ausência de conhecimento implica em carência de poder.

O **conhecimento** passa a ser um **instrumento eficiente e necessário** para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Tanto **empoderados** como **desempoderados** constituem duas faces de um mesmo processo social que pelo contínuo movimento, ora pela exclusão, ora pela complementariedade estruturam e compõe o todo que dinamiza o processo de desenvolvimento.

Não existe na sociedade brasileira uma cultura do envelhecimento e desta maneira, é ruim ser velho porque esta fase da vida é vulnerável por ser revestida de preconceitos e estereótipos negativos, os quais não se comprovam cientificamente, mas que geram uma vitimização cultural deste segmento etário. Entretanto, os idosos se organizam e mobilizam-se para buscar um maior espaço, participação e reconhecimento social, apresentando um desafio ou até mesmo, por muitos considerado como uma ameaça às estruturas sociais estabelecidas.

A vulnerabilidade social dos idosos pode ser atribuída a medida que o idoso é considerado, na sociedade capitalista, como socialmente improdutivo, com difícil acesso ao mercado de trabalho, o que exige que fique na informalidade ou se submetendo a empregos de segunda qualidade e com baixa remuneração. Essa situação é reforçada pela incapacidade de muitos idosos serem economicamente independentes ou mesmo por não alcançarem uma autonomia social e até mesmo simbólica.

Segundo Carvalho e Gastaldo (2008) existem duas abordagens do empoderamento, a saber: enfoque psicológico e o enfoque comunitário ou social.

O **enfoque psicológico** aborda mais o aspecto individual de transformação e de autonomia, considerando desta maneira as questões de autoestima, maior participação nos grupos em que o idoso faz parte, família,

grupos de convivência, igreja, clubes sociais, ampliando a participação individual através de um maior controle sobre a própria vida.

O empoderamento transforma cada indivíduo em protagonista da história, que intervém, participa, influencia e transforma o meio em que vivem.

Conforme afirmam Lape e DuBois (1984)

O empoderamento individual se manifesta na conscientização e participação política – um sentido de militância baseado não em um pequeno interesse pessoal, tampouco em sentir-se vítima, nem em lançar a culpa nos demais, mas no sentido maior de comunidade e responsabilidade. Com a participação, crescem as habilidades políticas.

Mas, há de se considerar que o empoderamento psicológico exerce grande influência sobre o empoderamento coletivo, comunitário ou social.

[...] *empowerment* comunitário e social refere-se ao modo de como as comunidades alcançam a equidade de recursos, identificando problemas e soluções, apresentando igualdade e capacidade para resolução de problemas individuais e coletivos, além do aumento da participação em atividades para a melhoria das condições de saúde da comunidade. Dessa maneira, *empowerment* comunitário envolve processos que procuram promover a participação com o intuito de aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida. (WALLERSTEIN, 1992; CARVALHO, 2004 apud PINHEIRO; MIRANDA, 2010).

Pode-se considerar que o empoderamento individual auxilia as pessoas a conquistarem sua própria autonomia, controle sobre sua vida, exercício da cidadania pelo desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências individuais, mas que influencia no coletivo, propiciando uma maior articulação de seus pares, em diferentes situações, articulando e mobilizando a comunidade em busca do **empoderamento coletivo**. O desenvolvimento das competências e habilidades individuais, supõe em nível macro, pela participação, o desenvolvimento social.

Evidencia-se desta forma, o caráter sistêmico do processo de empoderamento.

Aqui se pode considerar a educação enquanto prática social a medida que for comprometida com a inserção social, resgate da cidadania, da autonomia, pela valorização e elevação da autoestima e de maior reconhecimento social, considerando aqui a especificidade do segmento idoso.

Paulo Freire defendia a ideia de **empoderamento dos indivíduos através do processo de conscientização política e cidadã**, da educação dialógica, do conhecimento do mundo em que cada um se insere e através da crítica e do reconhecimento deste contexto, cada um possa se inserir e atuar para o desenvolvimento de si e do mundo.

A **educação deve ser vista como prática libertadora**, superando a visão tradicional de educação, na qual o aluno é apenas receptor de informações e conhecimentos, sem intervir, fortalecendo uma relação vertical em que o professor exerce o poder sobre os alunos, a educação bancária citada por Freire. Cabe lembrar que segundo o referido autor, ninguém ensina ninguém, porque o processo de aprender é recíproco, logo eu enquanto ensino, também aprendo e vice-versa (1996, 2005).

ATIVIDADES

1. Procure recortes de revista e de jornal, um que aponte a discriminação do idoso na sociedade brasileira e outro que apresente o idoso enquanto protagonista de sua vida em uma postura ativa.
2. Elabore um texto com os principais aspectos do envelhecimento ativo.
3. Explique o que é empoderamento e exemplifique como a educação promove este processo na vida do idoso.

UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE

Roteiro de estudos:

Seção 1: Histórico das Universidades Abertas

Seção 2: Objetivos e princípios pedagógicos

Seção 3: A experiência da UATI na UEPG

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Caro(a) aluno(a)!

Nesta terceira unidade, você terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a Educação de Adultos, destacando as ações educacionais com o idoso.

Em especial, vamos refletir sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade, que representam um espaço educacional de atendimento exclusivo ao idoso, alicerçado nos princípios da educação permanente.

Para saber mais sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade, você irá primeiramente conhecer histórico, em seguida sua estrutura pedagógica e seus objetivos. Em seguida, irá conhecer a Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que é um exemplo de programa extensionista para o idoso.

As Universidades Abertas correspondem a um importante espaço de atuação, seja em sua coordenação, na docência ou em cargos de apoio técnico. Representam um importante campo da Pedagogia Social, refletida por ações em processos educacionais não-formais.

Bom estudo!!

SEÇÃO 1: HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES ABERTAS

A **inserção de idosos em espaços educativos** que promovam a integração e uma educação de qualidade para este público é prevista em diversas políticas, porém, o que se observa é que o que está prescrito ou recomendado muitas vezes não está sendo cumprido. As ações governamentais para o idoso voltam-se na maioria das vezes para questões de saúde e da própria previdência, alegando-se poucos recursos para outras ações.

Percebe-se então, que o **idoso** encontra suporte e apoio em instituições não governamentais, em iniciativas privadas, nas associações de moradores, nos grupos religiosos, em órgãos independentes e em algumas universidades. Assim, além de buscar conhecer todas as políticas que atendem o público idoso, torna-se fundamental também que estas sejam respeitadas e tragam ações práticas.

O idoso não necessita apenas de campanhas de cunho eleitoreiro, que promovem através da mídia uma grande promoção social, mas que na verdade não passam de direitos previstos em lei e que se constituem como dever do governo, devido a todos os impostos que estes idosos pagaram durante toda a vida e que continuam pagando. As ações governamentais estão cumprindo o que lhes é de dever, mas ainda há muitas falhas que geram exclusão e marginalização do idoso.

Como normatizado, **o idoso tem direito à educação**, com materiais, metodologia, espaços e professores que atendam as suas especificidades educacionais. Como prescrito no próprio Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), o idoso deve ter condições de acesso à educação, como também a universidades abertas, que devem ser criadas com apoio do poder público.

Sabe-se que as diferentes iniciativas educacionais são elaboradas conforme as necessidades e exigências da sociedade. Assim, as representações

sociais atribuídas à velhice em meados dos séculos XIX, significavam um rompimento das atividades laborais, implicando em uma mudança no estilo de vida e de costumes e, em decorrência, um distanciamento e isolamento social, o idoso volta-se mais para a família, reduzindo sua participação social e seu grupo de convivência, gerando um clima desalentador para a velhice.

Entretanto, os idosos que nasceram nas primeiras décadas do século XX vivenciaram uma realidade um pouco distinta daquela vivida por seus pais, na qual se pode registrar a vida com satisfação depois da aposentadoria. Neste contexto, no qual as pessoas idosas tiveram maior visibilidade social, iniciou-se, embora lento, preocupações teóricas e práticas voltadas a esta faixa etária que variam desde oferecer melhores condições de vida, turismo, programas educacionais, políticas voltadas à pessoa idosa até a formação de profissionais para atender a esta faixa etária como também pesquisadores preocupados com esta temática.

Ao levantar o aspecto histórico percebe-se que ainda é muito recente o interesse por esta fase da vida que, somente em **1962 recebe a designação de “terceira idade”**.

Este termo foi proposto por Huet na revista *Informations Sociales*, que dedicava este número específico aos aposentados.

Você sabe quando surgiram as primeiras iniciativas educacionais para idosos no mundo?

Os Estados Unidos e a França são os primeiros países a oportunizarem um espaço educacional para idosos. Tais experiências educacionais remontam a 1970 e refletem a preocupação com o envelhecimento populacional de ambos os países.

Nos EUA a **primeira experiência educacional** para idosos aconteceu no século XVIII, tendo como princípio educativo o desenvolvimento da cidadania. Segundo Cachiori (1999, *apud* NERI, 1999, p.142), a educação religiosa assumiu uma orientação política e cívica à medida que “a capacidade para ler e escrever era desenvolvida para que todos os indivíduos adultos pudessem participar das decisões da nação e recebessem orientações religiosas, através da leitura e do entendimento da Bíblia”.

O presidente Benjamin Franklin (em 1727) foi um dos precursores na criação de atividades educacionais para adultos e idosos nos Estados Unidos. Foi organizado um grupo denominado **Junto**, composto por adultos e idosos e durante trinta anos discutiram semanalmente questões relativas à sociedade. Já no século XIX, nasceu **Luceum**, com o objetivo de transmissão de conhecimentos para habitantes de municípios rurais. Consistia em um programa educacional para adultos e para idosos. Concomitante foi criado o

Chautauqua voltado para desenvolver atividades artísticas, tendo a música e o teatro como as principais atividades desenvolvidas nos espaços de diversas igrejas (CACHIONI, 2003).

Na **década de 1950**, a **Universidade de Chicago e a Universidade de Michigan** preocupadas com o envelhecimento da população, ofereceram cursos de preparação para a aposentadoria e nas décadas seguintes foram criados programas de treinamento para o trabalhador idoso, expandido também as pesquisas e produções científicas na área da gerontologia, difundindo sensivelmente os conhecimentos nesta área.

A **primeira experiência** registrada na área de **educação** foi criada na **França**, em 1960, chamada de **Universidades de Tempo Livre**, as quais são consideradas **precursoras das Universidade da Terceira Idade**, com o objetivo primeiro de preencher o tempo livre das pessoas idosas e aposentadas, oferecendo diferentes atividades culturais e lúdicas.

Também foi na França que em 1973, Pierre Vellas fundou a primeira Université du Troisième Âge (UTA) e segundo o próprio criador objetivava uma maior participação do idoso, incentivo à sociabilidade, gosto de pela vida e com isto a busca de uma mudança na representação social que sociedade atribuía à velhice.

Segundo Palma (2000, p.53),

As dificuldades geradas pela idade podem ser compensadas através de novas possibilidades em um programa de vida social, atividades físicas, culturais e da medicina preventiva. Em síntese, a UTA foi criada para:

- a) promover o protagonismo das pessoas idosas na tomada de decisões sobre seus problemas coletivos e pessoais, assim como lhes oferecer alternativas que melhore sua qualidade de vida;
- b) colocar infra-estruturas e ambientes universitários a serviço do coletivo que era e ainda é chamado de terceira idade para diminuir sua marginalização, dando-lhes maior participação na vida social sem discriminação pelos seus muitos anos;
- c) aprofundar as pesquisas gerontológicas e, tarefas interdisciplinares nas quais participem os idosos como investigadores e como investigados.

As UTAs ofereciam um programa educacional às pessoas idosas, visavam possibilitar uma maior inserção e preparação dos idosos para que se “(re)insiram na sociedade e, se necessário, intervenham em seus problemas” (PALMA, 2000,p.53).

Outro ponto relevante volta-se para a importância dada à pesquisa, visando avanços na qualidade de vida dos idosos de modo geral, não apenas dos alunos das UATs.

Como tentativa de superar a discriminação e marginalização que os idosos sofriam, e pode-se ver que ainda sofrem, preocupou-se com o esboço de uma nova imagem da pessoa idosa, estimulando os idosos a desenvolverem atitudes de participação na vida social, econômica, política e cultural, e concomitantemente, também possibilitar um maior relacionamento entre as gerações.

O **espaço criado para os idosos nas universidades** proporcionavam atividades ocupacionais e lúdicas, porém, ofereciam condições para o autodesenvolvimento e atualização, através de um espaço de compartilhamento de experiências acumulada pelos idosos, saberes, permitindo a reflexão entre os pares na busca de rupturas de estigmas e estereótipos negativos, sem fundamentação científica, em detrimento de um novo idosos, mais participativo e inserido socialmente, diminuindo o impacto ocasionado pelo envelhecimento e as mudanças rápidas que aconteciam em todas as sociedades.

As Universidades Abertas a Terceira Idade foram se disseminando pela Europa e América.

Com a evolução da UTAs, em 1980, com um perfil diferenciado dos alunos, com maior escolaridade, segundo Palma (2000, p.58)

Três eram os eixos que fundamentavam a programação dessas UTAs: participação, autonomia e integração. Os participantes deixavam a posição de simples consumidores para serem produtores de conhecimento na medida em que participam das pesquisas universitárias.

Os alunos passaram a desenvolver um papel ativo nas pesquisas universitárias.

Basicamente podem ser considerados **dois modelos de Universidades para a Terceira Idade: o francês e o inglês**, relacionando-os com os dois países considerados precursores nas ofertas educativas para os idosos.

O **modelo francês**, segundo afirma Pacheco (2003, p.223-224)

[...] tem suas bases no sistema tradicional universitário daquele país e privilegia o segmento mais velho da população sem, contudo, se fechar às outras faixas etárias preocupadas com o envelhecimento ou em busca de oportunidades de educação continuada. Os cursos, as oficinas de trabalho, os grupos de estudo e outras modalidades oferecidas são diversificadas e abertos, compostos de conteúdos e metodologias próprias, centradas no modelo da educação continuada daquele país. Soma-se a eles o acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, especialmente nas áreas de ciências humanas e artes.

Este programa, também chamado de modelo Vellas, atende os idosos, aposentados, donas de casa, desempregados. A terminologia sofreu modificações conforme o programa variando entre Universidades do tempo Livre, Universidade para o Lazer ou Universidade de meia Idade.

Este modelo são encontrados na Itália, Portugal e Bélgica e possuem como objetivos a “atualização cultural, instrumentalização do idoso, visão crítica da velhice, desenvolvimento de ações e pesquisas que incluam ajuda mútua e organização das atividades de interesse popular” (FLORENZANO, 1991; SWINDELL; THOMPSON, 1995 apud CACHIONI, 1998).

Outro modelo conhecido é o modelo inglês.

O **modelo inglês** oferece possibilidade dos alunos se engajarem em pesquisas, atuando como professores e como alunos. Busca um compartilhamento de saberes e experiências intergeracionais, baseia-se na auto-ajuda partindo da ideia de que todos os profissionais irão envelhecer.

Conforme afirma Pacheco (2003, p.224)

O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, baseando-se no ideal da auto-ajuda. A certeza de que todos os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam norteou a criação de um espaço de troca, dentro das universidades, entre os mais velhos e os mais jovens. Essa interação de conhecimentos das pessoas envolvidas no projeto aumentaria as relações interpessoais, através do contato com seus semelhantes, e levaria a uma ação integrada dos profissionais mais velhos e dos mais jovens. Seria esperado, a partir dessa integração, o desenvolvimento de projetos comuns com a colaboração profissional, a integração com a universidade, com a sociedade. Essa experiência criará oportunidades aos participantes para manutenção da sua competência e do sentimento de autovalorização de forma mais prolongada e constante.

Esses dois modelos foram se disseminando por todo o mundo, inclusive no Brasil, sofrendo modificações conforme as necessidades locais, mas tendo como princípio maior, oferecer um espaço educativo, oportunizando o enriquecimento cognitivo, integração de conhecimentos, relacionamento intergeracional, elevação da auto estima e valorização da pessoa idosa.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) tem sido criadas nas diferentes universidades pelo mundo como uma modalidade da educação não-formal e educação permanente ao mesmo tempo que instrumentaliza o idoso com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania.

Você conhece alguma Universidade Aberta para a Terceira Idade? Sabe como ela é estruturada?

As UATIs caracterizam-se pelo encontro de gerações, a não-obrigatoriedade de frequência, a ocorrência de ações e experiências em espaços e tempos mais flexíveis, não restritos aos fixados por órgãos reguladores.

Esta ideia espalhou-se rapidamente pelo mundo e chegou ao Brasil na década de 1980, período no qual a Universidade Estadual de Ponta Grossa desenvolve Seminários, Cursos e encontros na área de educação, destinados aos idosos da comunidade.

Neste mesmo período, surge a “**Federação dos aposentados**” que inicia em território nacional uma luta em favor de melhores condições aos aposentados, e estes conseguem pequenas modificações e acréscimos a Constituição de 1988, com a finalidade de garantir melhor assistência aos idosos.

Dentro da perspectiva de **educação permanente** e sendo a universidade um lugar por excelência para o aprimoramento, a pesquisa, a busca do conhecimento e também a democratização do saber, timidamente surge em seu âmago um espaço educacional para essa clientela. As universidades ampliam sua função social, “buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1999).

Entretanto, no Brasil já haviam algumas iniciativas voltadas à terceira idade antes da década de 1980. Os primeiros grupos constituídos por idosos se formaram em 1960, como **Grupos de Convivência**, cujo projeto visava principalmente o lazer, sendo que o Serviço Social do Comércio (SESC) desde esta época já desenvolvia programas de atendimento não institucional a pessoas idosas. Seus cursos concentravam-se em artesanato, canto, ginástica, pintura e lazer em geral (OLIVEIRA, 1999).

O pioneirismo do SESC não se limita a oferecer atividades para as pessoas com mais de cinquenta anos, mas também se volta para a formação de recursos humanos e ampliação do **conhecimento gerontológico** em eventos e cursos.

O envelhecimento humano passa a ser tratado na esfera política e transforma-se numa questão social e não mais numa questão puramente doméstica, porém ainda de forma tímida e insuficiente diante da demanda apresentada.

Dentro deste contexto surge a **gerontologia** como ciência que se encarrega de estudar o envelhecimento humano no aspecto social, sendo que no ano de 1961 é fundada a **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)**, entidade que se dedicava aos debates sobre o estudo e o tratamento das enfermidades e transtornos da idade avançada (LOPES, 2000).

Para conhecer a SBGG, consulte o site: www.sbgg.org.br

A Gerontologia surgiu como uma exigência da própria sociedade, do envelhecimento populacional, a necessidade de uma investigação mais científica e sistemática para estudar o envelhecimento e a velhice, desenvolvendo métodos e técnicas adequadas para trabalhar com os problemas decorrentes desse segmento de maneira mais especializada e com mais profundidade.

PARA SABER MAIS:

Em 1914, Nascher, autor americano, lançou o livro *Geriatrics – The diseases of old age and their treatment*, considerado o ponto inicial da geriatria com bases modernas e uma abordagem mais ampla do assunto e estabelecendo também um marco do novo campo de conhecimento – a Gerontologia (JORDÃO NETTO, 1997).

A palavra gerontologia deriva de geronto, do grego velho e logia, estudo. Assim, constitui o estudo da velhice.

Trata-se de uma disciplina recente, do século XX, a qual surgiu como resultado de uma reflexão secular sobre o envelhecimento. Como campo de conhecimento, a Gerontologia deve ser considerada sob dois aspectos: por um lado como ciência e campo de investigação e por outro lado como educação e formação de recursos humanos para trabalharem com idosos.

Na outra década, em 1970, surgiram as **escolas abertas para a terceira idade do SESC/São Paulo**: Projeto baseado nas experiências francesas, direcionado para um público mais qualificado em termos educacionais já que oferecia, em seus módulos, programas de preparação para a aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e atualização cultural, além das atividades físicas e complementação sociocultural. Esse programa sustenta-se numa proposta de Educação permanente e busca o desenvolvimento de potencialidades, de novos projetos de vida, estimulando a participação ativa do idoso e sua contribuição para a resolução de problemas em sua família e na comunidade (PALMA, 2000, p.71).

E, na década de 1980, surgem as **primeiras iniciativas educativas** voltadas ao idoso em diferentes **instituições universitárias**, voltadas para o ensino, saúde e lazer.

Em 1982 foi fundado o **Núcleo de Estudos da Terceira Idade na Universidade Federal de Santa Catarina** que realizava estudos e divulgação de conhecimentos geronológicos, com a preocupação de formar recursos humanos e buscar uma maior visibilidade para o idoso na sociedade.

Na **Universidade Federal de Santa Maria** foi organizado em 1984 o **Projeto Grupos de Atividades Físicas para a Terceira Idade**, oferecendo diferentes atividades físicas para a pessoa idosa o que possibilita uma melhoria nas condições físicas e uma melhor qualidade de vida.

O **Núcleo de Assistência ao Idoso** foi criado no final da década de 1980 na **Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, com a participação de profissionais de diferentes áreas de conhecimentos e posteriormente originou a Universidade Aberta à Terceira idade.

Entretanto, os projetos e cursos voltados a essa faixa etária no Brasil tiveram sua proliferação mais acentuada a partir de 1990, quando inúmeras universidades brasileiras abriram um espaço educativo para o idoso.

Entre as Universidades pode-se citar: A **Pontifícia Universidade Católica de Campinas**, em 1990, **Universidade de Passo Fundo (RS)**, em 1991, **Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)**, em 1992, **Universidade Metodista de Piracicaba (SP)**, em 1992, **Universidade de São Paulo**, em 1995. Outras instituições também iniciaram suas Universidades Abertas na década de 1990 e a partir dos anos 2000, sendo possível registrar mais de 100 projetos/programas desta natureza em todo Brasil.

Embora com modelos e organização distintas, os cursos e projetos oferecidos pelas universidades brasileiras possuem o sujeito idoso como foco central das atividades e a valorização do idoso, melhoria da condição de cidadania e qualidade de vida como objetivo.

Essas diferentes iniciativas surgiram muito antes da sociedade política e civil perceber a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, pois como já foi mostrado na Unidade I, a Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94) é de 1994 e o Estatuto do Idoso (10741/03) é de 2003.

Pode-se registrar assim o pioneirismo também das universidades que constataram a mudança no perfil populacional brasileiro e suscetíveis a esse novo desenho demográfico elaboraram cursos e projetos para satisfazer a nova exigência social. Assim, dessa realidade emergiu a necessidade de programas alternativos que garantam maior qualidade de vida para esse segmento da população.

Diante do sucesso e da disseminação das Universidades Abertas para a Terceira Idade, um grupo composto por coordenadores e professores de diferentes UATIs³ brasileiras se uniu em 2011 para discutir a criação da **Associação Brasileira das Universidades Abertas para a Terceira Idade**. Após inúmeros encontros e debates, a ABRUNATI foi criada em 2012.

3 As Universidades Abertas para a Terceira Idade apresentam siglas diferentes: UATI ou UNATI. Esta escolha depende da instituição que possui tal atividade extensionista. Além disso, esta atividade pode ser caracterizada como curso, projeto ou programa de extensão, dependendo de sua abrangência, organização e estrutura.

SEÇÃO 2: A EXPERIÊNCIA DA UATI NA UEPG

A Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criada em 1992, a primeira ação desta natureza no Paraná. Foi aprovada pelo Colegiado Setorial em 20/12/1991; homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pelo Parecer 23/92 de 14/04/1992. O grande sucesso deste curso, levou a Universidade Estadual de Ponta Grossa a institucionalizá-lo em 1997, sob a Resolução C.A. número 56/97. Desde esta data a oferta deste programa (à época projeto) sócio educacional se tornou ininterrupta e sistemática.

No ano de 2012, o **projeto** da UATI pelo seu reconhecimento acadêmico e social, foi reestruturado e transformado em **programa**, devido aos benefícios que trouxe para os idosos de Ponta Grossa e região, refletindo seu crescimento quanti-qualitativo. Desta forma, o Programa Universidade Aberta da Terceira Idade está composto por cursos: Universidade Aberta para a Terceira idade (UATI) e Universidade Continuada para a Terceira Idade (UCTI), além de projetos e disciplinas distribuídos em 4 eixos norteadores, os quais contemplam as diferentes dimensões do ser humano.

Por meio deste programa, busca-se propiciar o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, a ampliação de conhecimentos, relações intergeracionais, troca de saberes, inserção e participação social dos idosos.

A UATI, enquanto projeto foi se consolidando por meio de pesquisas, ações extensionistas e auxílio financeiro contemplado pela participação em editais como o PROEXT⁴ 2009 e PROEXT 2011, potencializando e ampliando o campo de atividade e os idosos beneficiados. Assim, para maior solidez, enquanto Programa ainda depende de editais e parcerias para satisfazer a demanda do público idoso que se apresenta em constante crescimento.

O **Programa Universidade Aberta para a Terceira Idade** fundamenta-se na concepção de educação permanente, na modalidade de educação não formal, entendida como um processo que ocorre ao longo da vida e volta-se para a autorrealização do idoso.

A consciência histórica e a reflexão crítica sobre os conceitos, as ideias e as ações educativas de nossa época possibilitam nossa contribuição efetiva na construção de práticas e teorias para a educação na terceira idade, atendendo às implicações individuais e interesses, e, ao mesmo tempo proporcionem melhorias e benefícios, buscando uma melhor qualidade de vida.

Estrutura-se com **abordagem multidisciplinar**, a qual prioriza o processo de valorização humana e social deste segmento etário, refletindo

⁴ Para saber mais sobre o PROEXT, consulte: <http://portal.mec.gov.br/proext>

de maneira contínua sobre as problemáticas do idoso sob as mais diversas abordagens: biológica, psicológica, sociológica, filosófica, política, espiritual, religiosa, econômica e cultural.

O processo educativo deve ser refletido a luz dos pilares da educação preconizados pela UNESCO: aprender a ser (a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade; desenvolver a autonomia, o discernimento e a responsabilidade; aprender a fazer (a educação deve contribuir para que a pessoa adquira competências para uma melhor qualificação profissional, experimentando uma diversidade de atividades, alternando o ensino e o trabalho, teoria e prática), aprender a conhecer (combinando com uma cultural geral ampla e aprender a aprender para saber aproveitar as oportunidades que a vida pessoal e profissional lhe apresentar); aprender a conviver (desenvolver a compreensão do outro, a percepção e sensibilidade da interdependência entre as pessoas na sociedade em que vivemos) (DELORS, 2001).

Dentro da sua organização, **a UATI possui como objetivos:**

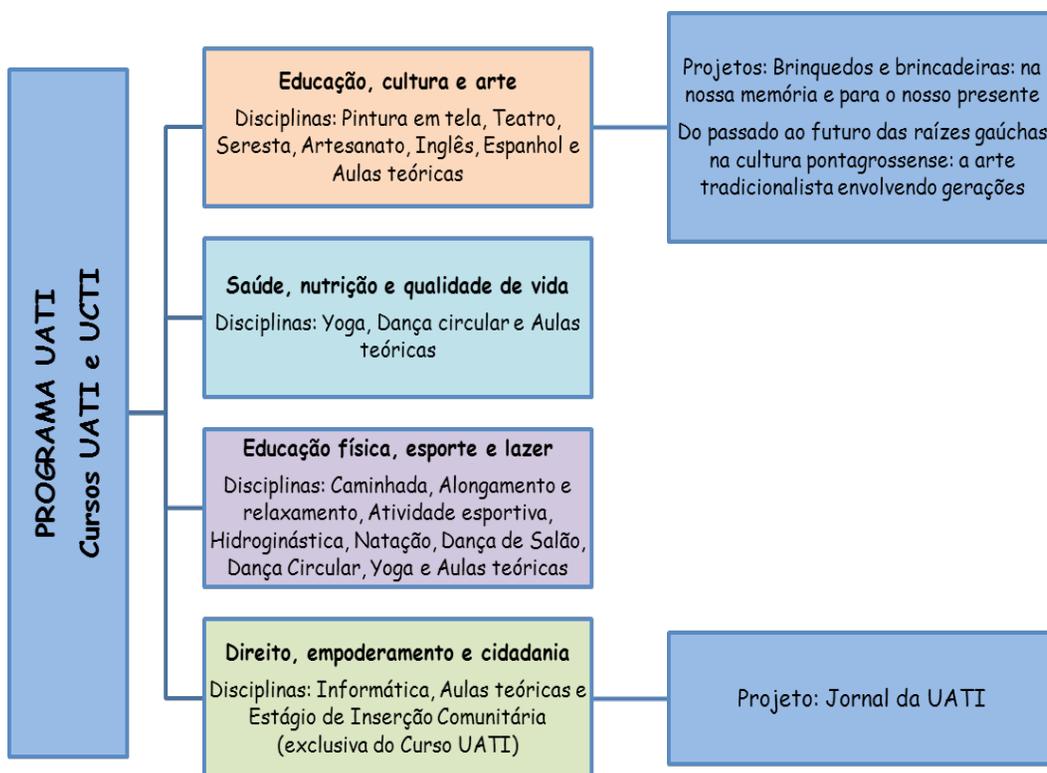
- proporcionar uma melhor qualidade de vida para a pessoa idosa, tornando-a mais ativa, alegre, participativa e integrada à sociedade;
- possibilitar a aquisição de conhecimentos e informações em diferentes áreas apoiada na educação permanente.
- possibilitar a elevação da autoestima das pessoas idosas;
- ampliar o convívio social das pessoas idosas;
- possibilitar o desenvolvimento de potencialidades intelectuais, habilidades e competências pela pessoa idosa;
- valorizar a pessoa idosa proporcionando sua atualização cultural e aquisição de conhecimentos nos aspectos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, biopsicológicos, gerontológicos e integração social;
- respeitar e valorizar experiências de vida e profissional, especialmente dos aposentados e donas de casa, contribuindo efetivamente como monitores nas ações comunitárias;
- possibilitar um convívio intergeracional;
- favorecer a implantação de leis para a pessoa idosa, na Região dos Campos Gerais, particularmente na cidade de Ponta Grossa;
- desenvolver a função universitária de ensino, pesquisa e extensão, voltada à atenção e à promoção humana, na fase do envelhecimento.

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, ocorre a integração entre gerações, estimulando reflexões e questionamentos sobre os diferentes aspectos que envolvem essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações que são cristalizados socialmente embora sem fundamentação científica.

O **Programa UATI** estrutura-se em **quatro grandes eixos articuladores**: Educação, cultura e arte; Saúde, nutrição e qualidade de vida; Educação física, esporte e lazer; Direito, empoderamento e cidadania. Nestes eixos baseiam-se e organizam-se os cursos (UATI e UCTI) e os projetos. Em cada eixo articulador estão alocadas as diferentes disciplinas.

Dentro de cada eixo há projetos e subprojetos, nos quais estão alocadas as atividades realizadas para os idosos.

EIXOS DA UATI



Distribuídos nos referidos eixos são oferecidas disciplinas teóricas e práticas, totalizando 240 horas, ao longo de três semestres letivos, seguindo o calendário universitário.

EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE

O primeiro eixo que estrutura o Programa UATI, considera cultura como um conjunto de manifestações humanas coletivas, significa o aprimoramento das faculdades superiores do homem: inteligência, vontade, memória, associadas à educação, formação escolar e estudo, referindo-se também ao acesso às manifestações artísticas (pintura, teatro, escultura, música) e aos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, cinema, jornais e revistas).

Cultura é tudo que o homem transforma, superando o que é dado pela natureza. A cultura expressa o modo de viver, o modo como se encara as coisas e o mundo, o sentido da vida (SCHMIDT, 2001).

A cultura pode ser interpretada como construção da cidadania, fortalecendo a autonomia e a emancipação dos indivíduos. Um dos aspectos essenciais no processo de acesso aos bens culturais é o respeito às individualidades, valorizando as diversidades.

A arte é uma expressão cultural, possibilita o desenvolvimento da percepção, da sensibilidade, da crítica e da criatividade.

A cultura e a arte promovem nos idosos a valorização pessoal, o reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades que ainda estão adormecidas, fazendo cada um perceber-se a si mesmo e as relações com os outros ao seu entorno.

Neste eixo, há o desenvolvimento das artes visuais, cênicas e música, além das questões culturais e educacionais.

Neste eixo estão alocadas as disciplinas de: Pintura em Tela, Teatro, Seresta, Artesanato, Inglês, Espanhol e Aulas teóricas.

PINTURA EM TELA

Para lapidar esta visão de mundo e sociedade, as atividades das aulas de pintura englobam desde exercícios de sensibilização e desenho, assim como, visitas a museus, exposições e galerias de arte; observações; incentivo a criatividade; pintura; leitura de obras; contextualização de períodos artísticos e artistas; exposições com trabalhos dos alunos entre outras. Para tanto, serão beneficiados aproximadamente 30 (trinta) alunos (divididos em duas turmas) regularmente matriculados no programa e que se inscreverem nas aulas de Pintura que terá uma carga horária de 2 (duas) horas semanais por turma.

Esta disciplina objetiva:

- Estimular o aluno a criar e apreciar suas obras tendo como referência sua história de vida, para isso buscando suas imagens mentais e lembranças.
- Possibilitar momentos de renovação e entusiasmo pelo processo de criação artística.
- Conhecer obras de artistas com representação regional, nacional e mundial em visitas a exposições e museus.

TEATRO

GRUPO DE TEATRO ATIVO

Dentre tantos atributos que a Arte possui, um deles é provocar no ser humano a vontade de expressar ideais e sentimentos. A Arte é fonte de criação, inspiração, mas também de técnica e aprimoramento frequente. Partindo deste princípio, é oferecida a disciplina de Teatro.

Os benefícios podem ser cada vez mais positivos em relação: a qualidade de vida, ao uso da memória, percepção do próprio corpo, raciocínio, conhecimento adquirido os quais estão presentes em todos os momentos de seus processos criativos. Além do melhoramento pessoal, o grupo como um todo pode obter crescimento nas relações interpessoais.

Por meio das encenações e performances, criam-se ambientes de conforto e simpatia, tanto dentro do grupo como para àqueles que atuam como espectadores – plateia. A disciplina é desenvolvida por meio de dois encontros semanais, com a duração de duas horas cada. A partir do momento que os participantes estão preparados para a realização de encenações teatrais, o horário se necessário será ampliado, em dias, a combinar, para que sejam efetivadas as apresentações em localidades da cidade e região.

Os objetivos são:

- Melhorar a qualidade de vida física e mental dos indivíduos participantes;
- Despertar sentimento de respeito e responsabilidade com o grupo;
- Oportunizar situações que favoreçam maior entrosamento e amizade entre os componentes do grupo;
- Explorar as práticas de memória;
- Realizar atividades que explorem a comunicação coletiva;
- Desenvolver o hábito da leitura e escrita no cotidiano do indivíduo;

- Alternar práticas de trabalho individual com trabalho em grupo;
- Instigar a criatividade do indivíduo;
- Resgatar a memória pessoal;
- Atribuir responsabilidades a serem desempenhadas na atividade de conclusão anual do curso de Teatro.

O processo de ensino-aprendizagem dos idosos é contínuo, o que pode ser constatado por meio dos trabalhos teatrais realizados durante o ano.

O Grupo de Teatro se apresenta em escolas, centro de educação infantil, eventos culturais apresentando diferentes peças, inclusive no Festival Nacional de Teatro Amador (FENATA). As peças teatrais são escritas e representadas pelos próprios alunos idosos.

MÚSICA

GRUPO DE SERESTA REVIVER

A prática de canto do Grupo de Seresta Reviver busca fomentar no aluno o gosto musical de vários estilos, abrilhantar os eventos da Universidade Estadual de Ponta Grossa e comunidade em geral, bem como propiciar ao idoso todos os benefícios decorrentes da música feita em grupo, tais como a reativação da memória, a melhora da qualidade de vida, o aumento da autoestima e por consequência o crescimento interpessoal e afetivo.

O repertório do Grupo de Seresta Reviver é sugerido pelos professores e levado ao grupo para apreciação. Nas aulas são realizados os ensaios de diferentes canções do folclore nacional, de música popular brasileira para apresentações na comunidade e músicas para serem apresentadas em missas e cultos ecumênicos.

O Grupo de Seresta Reviver ainda participa de recitais beneficentes em asilos, hospitais, escolas, instituições.

O cotidiano em sala de aula é de suma importância para a elaboração das aulas/ensaios, porque o objeto de estudo do educador é o encadeamento de vivência e experiências do educando.

A Educação Musical pode transformar a realidade do idoso, de forma que ele se sinta agente da sociedade e transformador da mesma. Um grupo de Seresta por meio da Educação Musical pode ser um agente transformador da sociedade, e assim, poderá fazer da música uma estratégia ou ferramenta no processo de educação e empoderamento.

O ensino para a Terceira Idade deve trazer uma perspectiva diferenciada ao educador musical, de forma que esse realize um trabalho consciente das necessidades do grupo delimitado, bem como das práticas musicais, para a otimização de seu fim.

Atualmente, o Grupo de Seresta Reviver, possui em torno de 60 integrantes. Este grupo já gravou 3 CDs com músicas variadas; participa de missas de formatura, abertura de eventos científicos, festas da comunidade, cantatas natalinas em escolas, asilos, centro de educação infantil e shopping.

O Grupo de Seresta Reviver participa anualmente do Encontro de Corais e da Noite de Seresta organizado pela UEPG, com apresentações de muito sucesso. O grupo Reviver representará a UEPG e a UATi no I Congresso Internacional da Associação Brasileira das Universidades Abertas para a Terceira Idade, de 29 de setembro a 2 de outubro, em Foz do Iguaçu, apresentando vários números musicais.

As aulas do Grupo de Seresta Reviver ocorrem nas dependências da UEPG Central, com dois encontros semanais de 2 horas cada.

ARTESANATO

É uma disciplina que propicia a busca da criação de produtos, mediado pela geração de renda, buscando despertar no idoso habilidades e competências para a produção de trabalhos manuais, além de formar um grupo de troca e possibilitar o desenvolvimento da criatividade, das habilidades motoras capacidade de concentração e potencialidades por meio da descoberta de talentos para o artesanato.

Pelo compartilhamento de experiências será propiciado um espaço de criação e de trocas, voltada para a geração de fonte de renda, estimulando mudanças na vida do idoso e valorizando o artesanato brasileiro.

Assim, objetiva além de desenvolver a capacidade artística de criação e criatividade, busca alternativas de geração de fonte de renda.

O grupo de alunos realiza viagem à Feira Internacional de Artesanato que acontece anualmente em Curitiba.

É realizada também exposição com os produtos artesanais pelos alunos com sugestão de venda. As atividades são desenvolvidas quatro aulas semanais.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS: INGLÊS E ESPANHOL

As disciplinas de Inglês e Espanhol objetivam desenvolver as competências necessárias para comunicar-se em diferentes línguas, conscientizar o discente sobre a valia da sua participação, como integrante essencial no processo de ensino-aprendizagem; evidenciar a relação sujeito-sociedade, de modo a utilizar o espaço da sala de aula como forma de interação e transformação pessoal na resolução de problemas; proporcionar o contato com diferentes suportes de ensino; Propor atividades lúdicas que favoreçam o desenvolvimento de habilidades orais e escritas para o uso interativo da língua inglesa (ex.: cumprimentos, jogos, dinâmicas etc.);

Por meio da apresentação de diferentes línguas, espanhol e inglês o processo de ensino e aprendizagem ocorrerá de maneira interativa, com ênfase na comunicação e prática de diferentes situações reais de aprendizagem, utilizando variados recursos como música, dramatização de situações do cotidiano vivenciadas pelos alunos, poemas e vídeos. São também oportunizados passeios e visitas para lugares que proporcionem uma aproximação com a língua estudada.

As atividades também oportunizam a ampliação de conhecimento cultural relativo à língua (ex.: músicas, trechos de filmes, seriados de TV, entre outros).

Cada uma das línguas será conduzida por um professor que tenha domínio da área específica, com duas aulas semanais em cada um dos níveis. Cada língua terá três níveis conforme o grau de aprofundamento e complexidade da referida língua.

PROJETOS

Neste eixo são ofertados dois projetos:

- Brinquedos e brincadeiras: na nossa memória e para o nosso presente
- Do passado ao futuro das raízes gaúchas na cultura pontagrossense: a arte tradicionalista envolvendo gerações

Do passado ao futuro das raízes gaúchas na cultura pontagrossense: a arte tradicionalista envolvendo gerações

O presente projeto visa desenvolver ações voltadas à divulgação da arte, cultura e tradição gaúcha no cenário pontagrossense, visto que numa cidade

originada pela rota dos tropeiros, gaúchos, faz-se fundamental promover a cultura gaúcha, como uma forma de resgate aos princípios históricos que permearam a construção da cidade. Tem-se como objetivos principais resgatar os princípios basilares do tradicionalismo gaúcho na cidade de Ponta Grossa, de forma a favorecer a valorização da trajetória da tradição gaúcha na região dos Campos Gerais.

A percepção da arte tradicionalista, através da música, dança, poesia, entre outros, pode também ser interpretada como produção de conhecimento com fins educacionais, no sentido de oferecer uma leitura do passado, construindo um universo de culto às tradições. Reflete-se então acerca do conhecimento e aprendizagem da condição humana, no sentido de consciência da própria existência e o seu significado para a vida. Espera-se que os resultados desse projeto fortaleçam as invernadas artísticas dos CTG's pontagrossenses, bem como o reconhecimento e valorização da arte, tradição e cultura gaúcha na cidade de Ponta Grossa.

As atividades são desenvolvidas uma vez por semana, com duração de duas horas e meia cada encontro. No quadro de disciplinas, este projeto aparece como Arte e Cultura Gaúcha.

Brinquedos e brincadeiras: na nossa memória e para o nosso presente

O referido projeto propõe que os idosos recuperem suas atividades lúdicas, passadas ou presentes, com o objetivo de recriá-las, documentá-las, e apresentá-las de forma sistemática para a distribuição na web. Envolve habilidades técnicas de sistematização de informação, registro, documentação digital e distribuição de informação na internet.

O processo começa com o resgate das experiências dos idosos como jogadores e os objetos (brinquedos ou outros dispositivos). Após essa atividade, os idosos realizam o registro escrito das suas memórias e da descrição dos brinquedos.

Em seguida, são eleitos quais brinquedos serão construídos e quais brincadeiras serão registradas. Todo processo de materialização será registrado em imagens (fotos e micro vídeo). Para isso, os idosos contarão com uma mini oficina na qual aprenderão as técnicas mínimas necessárias e farão uma avaliação de suas produções.

As produções finais serão disponibilizadas em diversos formatos na Internet.

As atividades são desenvolvidas uma vez por semana, com duração de duas horas cada encontro. No quadro de disciplinas, este projeto aparece como Brinquedos e Brincadeiras.

SAÚDE, NUTRIÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

O conceito de saúde atualmente é muito amplo e se modifica com o tempo. Todos os indivíduos perseguem como objetivo de vida ter saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde, “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. De acordo com a Constituição Federal (1988), em seu artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

Pode-se perceber que a saúde assume um conceito mais ampliado e que se aproxima da qualidade de vida. Para uma vida equilibrada e com qualidade, faz-se necessário um organismo bem nutrido. Nutrição é a ingestão de alimentos, tendo em conta as necessidades alimentares do corpo. Uma boa nutrição - uma dieta adequada e equilibrada combinada com atividade física regular - é a ‘pedra fundamental’ de uma boa saúde. A má nutrição pode levar à redução da imunidade, aumento da suscetibilidade a doenças, prejudicando o desenvolvimento físico e mental e redução da produtividade (OMS, s/d).

Para completar este trinômio, qualidade de vida é entendida como ‘a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações’ (WHOQOL GROUP, 1994). O conceito também implica no grau de satisfação do indivíduo com seu meio familiar, social e ambiental, de certa forma envolve uma subjetividade e relatividade cultural.

Atualmente considera-se alguns aspectos necessários para que o indivíduo tenha boa saúde e uma vida equilibrada e com qualidade, entre os quais: paz, educação, moradia, alimentação, renda, ecossistema saudável, proteção, justiça social e equidade.

Este eixo contempla as disciplinas: Yoga, Dança circular e Aulas teóricas.

YOGA

A disciplina de Yoga busca prevenir o estresse e promoção da saúde por meio de práticas corporais que promovam a meditação e o relaxamento, divulgar a prática da yoga enquanto um estilo de vida, possibilitar técnicas de alongamento e fortalecimento da musculatura corporal, possibilitar técnicas respiratórias; favorecer a qualidade de atenção, concentração, relaxamento e equilíbrio entre o corpo e a alma, propiciar a condição de controlar o estresse do cotidiano com o autoconhecimento e o equilíbrio entre o físico, o mental e o espiritual.

As atividades de dança circular e de yoga acontecem 2 vezes por semana com a duração de 1 hora cada encontro.

DANÇA CIRCULAR

A disciplina “Dançar para bem viver” vem ofertar ao alunado, vivências em Dança Circular. Esta modalidade de dança teve sua origem nas danças folclóricas, étnicas e tradicionais de vários povos, países e culturas.

Compiladas e estudadas profundamente pelo Professor Bernhard Wosien, bailarino clássico, pintor, coreógrafo e filósofo da dança, estas serviram-lhe de inspiração o que o levou a criar suas próprias danças as quais deu o nome de “Danças Circulares Sagradas”.

As Danças Circulares acontecem sempre em grupo, na maioria das vezes em círculo e de mãos dadas, o que favorece a convivência, o perceber o outro e a si mesmo. No círculo estão todos juntos, unidos e dirigindo energia para um mesmo ponto, ou seja, dançar harmoniosamente uns com os outros, apoiando-nos mutuamente. Cria-se assim, um espaço rico de troca e experiências significativas em valores humanos como cooperação e empatia. Estas experiências podem ultrapassar as paredes da sala de aula e melhorar significativamente a vida social e afetiva do idoso.

As coreografias são fáceis, bonitas e inspiradoras assim como as músicas, trazendo alegria, calma, consciência e também desafios que são prazerosamente aceitos e superados pelo grupo e por cada pessoa individualmente.

Desta forma, acredita-se que a Dança Circular trará muitos benefícios à pessoa idosa não só nas questões de socialização e saúde de uma maneira geral mas também, contribuindo para o despertar de um olhar mais amoroso sobre si mesmo, de redescoberta de potencialidades gerando autoconhecimento e autoconfiança permitindo que a pessoa idosa faça o resgate de si mesmo, o que pode resultar em uma vida mais consciente, leve, fluida e feliz.

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer integram a vida humana e são promotores da saúde por serem um incentivo às relações sociais, tais como coleguismo, amizade e paixões.

Esporte pode ser definido como:

O termo desporto/esporte compreende o sistema ordenado de práticas corporais que envolvem atividade competitiva, institucionalizada, realizada conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades desportivas segundo regras pré-estabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, podendo também ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos da natureza, radicais, orientação, aventura e outros). A atividade esportiva aplica-se, ainda, na promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados. (CREF 1 - RJ-ES, s/d).

Complementando este eixo, segundo Dumazedier (1976),

[...] lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Desta maneira, o esporte e o lazer integram a educação ao longo da vida e impactam positivamente na vida dos idosos. Ambos contribuem para a integração e a melhoria da qualidade de vida, muitas vezes devolvendo às pessoas deste grupo etário condições de mobilidade, melhorias no condicionamento físico e na autoestima.

A educação permanente preocupa-se com o desenvolvimento integral do indivíduo, assim o esporte, as atividades físicas e o lazer integram e contribuem para a melhoria da qualidade de vida. Este eixo além de contribuir com a qualidade de vida dos idosos, visa trabalhar a função cardiorrespiratória, a flexibilidade e a força; possibilita as relações e participação em grupo, favorece a elevação da auto estima.

Por outro lado, além dos aspectos favoráveis com relação ao idoso, soma-se também o espaço que é criado para a formação de profissionais de Educação Física para trabalharem com este público diferenciado, os idosos, os quais requerem uma metodologia específica e desenvolvimento de atividades relativas as especificidades da idade, desperta o interesse de profissionais para o estudo e pesquisas sobre o envelhecimento humano e em especial sobre a velhice.

São ofertadas diferentes disciplinas neste eixo: Caminhada, Alongamento e relaxamento, Atividade esportiva, Hidroginástica, Natação, Dança de salão e Aulas teóricas.

As referidas disciplinas oportunizam aos idosos a adaptação ao meio líquido (natação) a respiração, aprendizagem de diferentes estilos de natação; o condicionamento físico, a mobilidade articular, recreação.

Também é trabalhado o aspecto social e emocional dos idosos, levando-os a alcançar níveis satisfatórios de autoconfiança, satisfação, bem estar psicológico e interação social.

CAMINHADA

Esta disciplina é realizada no Parque Ambiental, no centro da cidade, com um encontro semanal de 1 hora. É uma atividade que busca incentivar os idosos para a prática de atividades físicas orientadas, visando a melhoria da qualidade de vida, melhor condicionamento físico, além da integração entre demais colegas.

ALONGAMENTO E RELAXAMENTO

A disciplina de alongamento e relaxamento acontece duas vezes por semana. Cada encontro é de uma hora semanal, orientado por professor específico da área. Esta disciplina tem por objetivo o desenvolvimento da coordenação motora, contribuir para qualidade de vida dos idosos, estimulando-os para uma vida mais ativa e participativa.

ATIVIDADE ESPORTIVA

Esta disciplina ocorre no Ginásio de Esportes, Pista de Atletismo e Quadras poliesportivas do Campus de Uvaranas da UEPG. Há a prática de

diferentes modalidades esportivas, adaptadas à faixa etária, orientadas e organizadas por professores da área da Educação Física. Há também a preparação para competições.

O grupo continuamente é convidado para participar das olimpíadas da terceira idade que acontece em Palmeira, Irati e em Ponta Grossa. São realizadas diferentes competições nas modalidades de bola ao cesto, basquete, chute ao gol, voleibol, tênis de mesa, boliche, corrida de revezamento, tria, truco, dominó, dama. Os “idosos atletas” tem se saído muito bem, trazendo muitas medalhas e troféus. Considera-se importante à integração dos diferentes grupos da Terceira Idade não só da cidade, mas também de outras cidades vizinhas, participando de atividades recreativas e desportivas, competições nos mais variados esportes. A participação em eventos é sempre estimulada pela coordenação e correspondida pelos alunos.

HIDROGINÁSTICA E NATAÇÃO

Estas disciplinas ocorrem na piscina do Campus de Uvaranas da UEPG. São dois encontros semanais de 1 hora cada um. Há um professor atuando em cada uma das disciplinas.

As atividades físicas aquáticas são eficazes para melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento da manutenção e potencialidades físicas e mentais. A hidroginástica e a natação se configuram em atividades físicas que atraem os idosos, por serem divertidas, agradáveis, estimulantes e eficazes para esta faixa etária. Estas atividades objetivam o desenvolvimento da coordenação motora, flexibilidade e relaxamento.

DANÇA DE SALÃO

A disciplina de Dança de salão ocorre no Campus Central, duas vezes por semana, com duração de 1 hora cada encontro.

Esta disciplina tem por objetivo conhecer e expressar-se em diferentes ritmos, além do desenvolvimento da coordenação motora, a integração entre os idosos e a melhoria do condicionamento e qualidade de vida, estimulando a participação dos idosos e sua autoestima.

DIREITO, EMPODERAMENTO E CIDADANIA

A educação assume função importante para auxiliar na superação de situações de vulnerabilidade com que se defrontam os idosos. O envelhecimento conduz a uma mudança significativa nos papéis sociais, que precisam de uma re-significação tanto em nível micro, a família, como em nível macro, a sociedade.

A educação é um meio de libertação, empoderamento do idoso, através da aquisição de conhecimentos, atualização visando uma vida mais saudável, ativa e participativa e, por meio da integração social propiciar um crescimento pessoal e intelectual ao idoso, superando a conotação de educação como assistencialismo, possibilitando o pleno exercício da cidadania.

O idoso quando instrumentalizado com conhecimentos, busca a superação de sua vulnerabilidade e dos desequilíbrios sociais, por meio de um novo desenho de paradigma de velhice. Torna-se necessária a transformação progressiva do papel social do idoso, esboçando a possibilidade de reconhecimento como sujeito psíquico existente e como agente social, permitindo uma outra maneira de redimensionamento da inserção dos idosos na ordem da temporalidade, delineando a possibilidade de dimensão de futuro.

Este eixo há as disciplinas de Informática, Estágio de Inserção Comunitária e Aulas teóricas. Há também o projeto Jornal da UATI.

INFORMÁTICA

A disciplina de Informática acontece nas dependências do laboratório de informática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, com encontros semanais de 2 horas.

Devido à procura e ao nível de conhecimentos dos alunos, atualmente esta disciplina está organizada em Informática I, Informática II e Informática III. Cada uma das disciplinas possui professor especializado na área, com desenvolvimento de atividades específicas e de acordo com a demanda dos idosos.

Esta disciplina tem por objetivo realizar a inserção digital, por meio de conhecimentos básicos de informática. Busca também a integração e a comunicação dos idosos com os colegas de curso e familiares e amigos.

ESTÁGIO DE INSERÇÃO COMUNITÁRIA

O Estágio de Inserção Comunitária é uma disciplina específica do Curso UATI e integra seu último semestre.

No estágio são desenvolvidas diversas atividades, como visitas a instituições: casa asilares, Centros de Educação Infantil e escolas, centros de convivência de idosos, entre outros. Nas visitas, além da observação, são realizadas entrevistas para detectar as reais necessidades de cada local e depois são desenvolvidos projetos para a realização de atividades educacionais, filantrópicas, assistenciais e recreativas, visando socialização, integração e empoderamento dos sujeitos. Os projetos de inserção são elaborados pelos idosos, sob a orientação da professora da disciplina, em seguida os idosos vão a campo para aplicar as ações planejadas.

Além dos projetos realizados pelos alunos, também são desenvolvidos outros projetos: Resgate cultural de brincadeiras e cantigas, Memória Cultural, Contador de histórias, Memorial e História de Vida.

Resgate Cultural de brincadeiras e cantigas: é realizado um trabalho de pesquisa, em equipe, na qual resgata-se as principais cantigas de rodas e brincadeiras de infância, elaborando um álbum descritivo.

Realiza-se uma apresentação demonstrativa para os próprios alunos da UATI e depois vão aos diferentes locais previamente agendados, fazendo as devidas apresentações. Todos os alunos se caracterizam conforme o personagem e realizam atividades interativas, convidando as pessoas a participarem das brincadeiras e das cantigas.

O resgate da Memória Cultural constitui uma coletânea de casos, lendas, provérbios, folclore, na qual os idosos organizam uma pasta relacionando esses aspectos e posteriormente apresentam, através de dramatizações (canto, teatro, teatro de fantoches). O processo de pesquisa é o ponto inicial para o desenvolvimento dessa atividade.

Contador de Histórias: os alunos receberam orientações dos professores e em equipes, organizam uma pequena peça de teatro representando diferentes histórias infantis clássicas, com as devidas caracterizações dos personagens. Constitui uma dramatização de histórias infantis. Primeiramente apresentam para o próprio grupo e depois são distribuídos em diferentes locais para realizar as apresentações. Essa atividade é precedida de uma pesquisa sobre as histórias que quando as idosas eram crianças ouviam de suas mães e avós.

Memorial e História de Vida: Esse projeto é desenvolvido individualmente pelos alunos. Cada um relata sua história, registrando os fatos mais marcantes ao longo da vida, com ilustrações, fotografias, cartas, poemas, enfim o que era mais significativo, registrando e elaborando um álbum.

Posteriormente, é marcado um dia no qual todos apresentam a sua produção e cada um conta alguma passagem de sua vida que mais lhe foi marcante, pela tristeza ou pela alegria. Este trabalho corresponde a um trabalho de Conclusão de Curso).

Tanto o Contador de Histórias como o Resgate da Memória Cultural tem apresentado resultados muito positivos, pois muitos idosos após o desenvolvimento dessas atividades mantêm o vínculo e tornam-se voluntários em ONGs, na Liga de Combate ao Câncer, na Pastoral da Terceira Idade e na Pastoral da Criança. Assim, presencia-se o estímulo dos idosos para cada vez mais se inserirem na sociedade e desempenharem atividades de voluntariado, sentindo-se mais úteis e produtivos.

AULAS TEÓRICAS

As aulas teóricas correspondem a uma disciplina obrigatória do Curso UATI e ocorre nos dois primeiros semestres. Os encontros são semanais e com duração de 3 horas cada um.

As aulas teóricas abordam as diferentes dimensões humanas e sociais, apoiam-se nos eixos articuladores e são ministradas por diferentes profissionais em suas áreas específicas. Desta forma, as aulas teóricas perpassam os quatro eixos articuladores do programa.

Dentre os temas das aulas teóricas, destacam-se: Gerontologia Social; Cultura da Paz; Reflexões e Vivência em busca do ser; Patrimônio cultural; O idoso, a família e a sociedade; Aspectos sociais na Terceira Idade; Sudoku; Esoterismo; Cidadania; Atendimento ao idoso - Programa de ação social; Cuidados e profilaxia dentária; Fisioterapia aplicada à Gerontologia; Relações humanas na Terceira Idade; Alterações Fisiológicas no envelhecimento; Psicomotricidade na Terceira Idade; Aspectos Psicológicos na Terceira Idade; Amor e Sexualidade- Aspectos Psicológicos/ Biológicos; A poesia em questão; Estatuto do Idoso; Instituições Sociais e Inserção Comunitária; Etiqueta Social; Educação Ambiental; Leis de Proteção do Idoso; Aposentadoria- Herança; Espiritualidade; Alimentação alternativa; Turismo para a Terceira Idade; Função Social do trabalho na Terceira Idade; História do Paraná; Filosofia na Terceira Idade; Contexto geo-histórico regional; Aspectos históricos de Ponta Grossa.

Esta disciplina possibilita ao idoso conhecer e discutir sobre diferentes temas do seu cotidiano, além de inserção social e reconhecimento de novos papéis sociais. Por meio das discussões realizadas nesta disciplina, busca-se o esclarecimento, a orientação e conscientização frente aos desafios sociais, políticos, culturais, econômicos e educacionais que envolvem o idoso. É,

também, oportunizado o esclarecimento e acesso à legislação vigente, garantindo que este público saiba quais são seus direitos e deveres e quais são os caminhos legais para reivindicar os mesmos.

PROJETO JORNAL DA UATI

No Programa UATI há o desenvolvido do Projeto de Extensão Jornal da UATI, que possibilita a integração intergeracional. O Jornal é elaborado por alunos de Jornalismo, juntamente com os idosos, apresenta notícias específicas selecionadas conforme o interesse dos idosos. Hoje se registra o sexto ano do Jornal com edição trimestral.

Configura-se numa produção de jornal tablóide segmentado, voltado para os integrantes da Universidade Aberta da Terceira Idade da UEPG (UATI), com notícias da área, artigos e entrevistas, que possibilitem maior visibilidade às ações da UATI e promova a integração entre alunos, ex-alunos, professores, profissionais e técnicos envolvidos nas ações específicas para a terceira idade.

CURSO UATI

O Curso UATI, possui carga horária mínima de 240 horas, seguindo o calendário universitário. Estrutura-se com abordagem multidisciplinar, analisa constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos: biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sócio cultural.

Como os idosos tem a possibilidade de eleger as atividades que estarão envolvidos, a carga horária anual pode ser diferente da colocada (ampliada). Os alunos do Curso UATI têm como atividades obrigatórias as aulas teóricas e o estágio de inserção comunitária.

A UATI promove as relações intergeracionais, priorizando o processo de valorização humana e social da pessoa idosa, pela aquisição de conhecimentos e aprimoramento de habilidades oportunizadas em diferentes espaços educativos. Uma das preocupações é possibilitar a melhoria na qualidade de vida, além de uma maior integração e participação social.

A matrícula para o Curso UATI ocorre no início de cada ano letivo, com data prevista pela coordenação de curso. O critério para ingresso no curso é ser alfabetizado e ter 60 anos ou mais. Não há seleção para ingresso, havendo

o preenchimento das vagas ofertadas de acordo com a ordem de chegada para a matrícula.

Devido ao seu reconhecimento na comunidade, há uma grande procura por vagas no curso, havendo a necessidade de lista de espera, pois a quantidade de vagas ofertadas anualmente são preenchidas com muita rapidez.

Após o término das atividades do Curso, nos três semestres, há a solenidade de **formatura**, com entrega dos certificados (atualização e participação na UATI). A formatura ocorre no mês de agosto. Para este encerramento, é eleita uma comissão de formatura entre os alunos da turma. Além da solenidade, que ocorre no Grande Auditório da UEPG, há também culto ecumênico e/ou missa e jantar com os formandos (organizado pela comissão).

Os alunos que optarem permanecer no Programa UATI, após a formatura passam a frequentar o **Curso UCTI**.

CURSO UCTI

A Universidade Continuada para a Terceira Idade (UCTI) é um curso criado em 1994, que oferece aos idosos a possibilidade de continuar com a participação no Programa UATI, considerando que o critério de ingresso é ter cursado integralmente e concluído o Curso UATI.

Os Cursos UATI e UCTI se estruturam com as mesmas disciplinas, favorecendo desta maneira a integração dos idosos das diferentes turmas que se inserem no Programa.

A UCTI não possui limite de anos para ser cursada e vai ao encontro do interesse e da disponibilidade de cada idoso. Assim, registra-se alguns idosos com mais de 20 anos de inserção no Programa.

A UCTI possui mensalidade de acordo com a quantidade de disciplinas, sendo R\$ 15,00 para uma disciplina, R\$ 30,00 para duas disciplinas e R\$ 40,00 para três ou mais disciplinas.

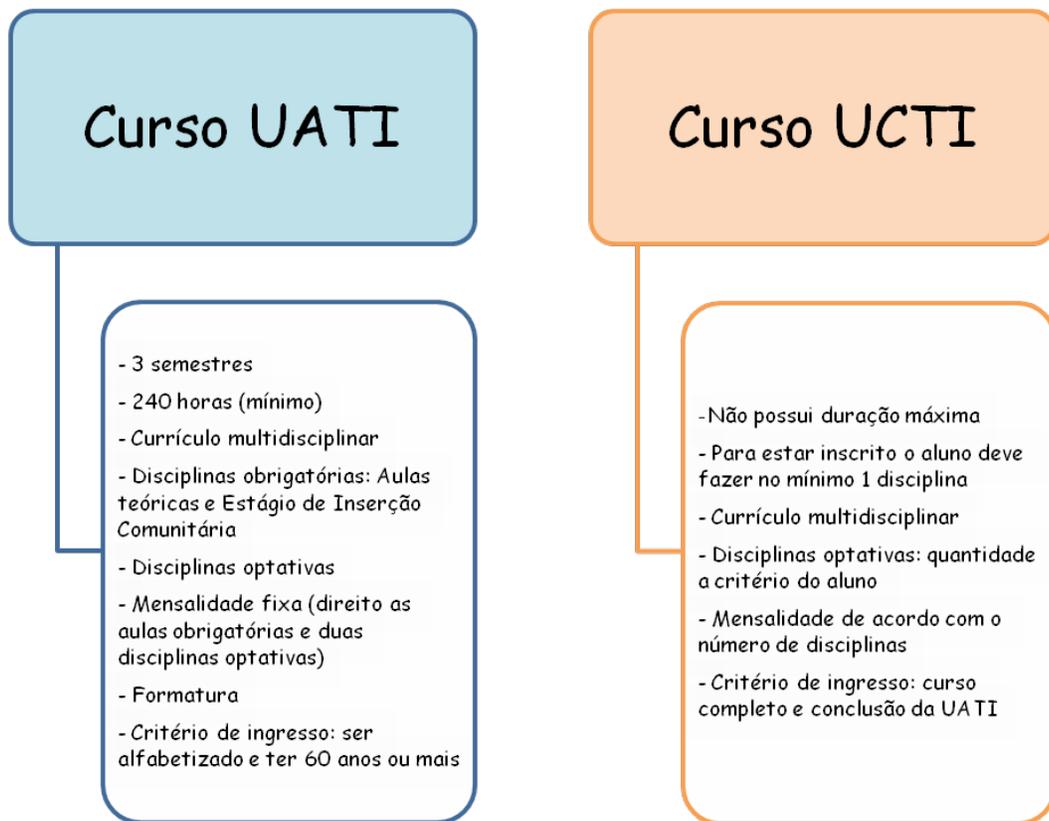
Relevante também considerar que algumas disciplinas são isentas de mensalidade, mas não da responsabilidade do idoso, que ao se inscrever deve se comprometer a cursá-la. As disciplinas são: Seresta, Teatro, Caminhada, Atividade Esportiva, Arte e Cultura Gaúcha, Brinquedos e brincadeiras.

No Curso UCTI os idosos não frequentam a disciplina de Estágio de Inserção Comunitária.

As aulas teóricas correspondem a uma disciplina obrigatória do Curso UATI, assim não há possibilidade de matrícula nesta disciplina pelos alunos da UCTI. Porém, devido a grande procura pelas aulas teóricas, a cada semestre,

há pelo menos 3 aulas teóricas abertas para todos os alunos do Programa, previamente agendadas e divulgadas pela coordenação.

A matrícula e a opção pelas disciplinas ocorrem anualmente, assim, os idosos devem realizar suas escolhas de acordo com as suas preferências, respeitando os horários de cada uma delas e o local de execução. A troca de disciplinas não é permitida no decorrer do ano letivo. Há apenas a possibilidade de desistência e opção de troca na metade do ano, antes do início do 2º semestre, desde que com justificativa plausível, nestes casos, é necessária a devida comunicação e autorização da coordenação.



ATIVIDADES DO PROGRAMA UATI

Para maior entrosamento entre os quase 500 idosos do Programa UATI, existe o Grêmio da Universidade Aberta da Terceira idade (GUATI) cuja diretoria é escolhida anualmente no mês de julho, com as atribuições principais de oferecer festas anuais, a saber: Festa da Integração do Calouro, Festa do Dia das Mães, Festa Junina, Festa da Primavera ou a Fantasia e Festa de Encerramento ou Natalina.

As festas são resolvidas pela diretoria do Grêmio, considerando além da temática, as atividades que serão desenvolvidas como bingo, desfiles, danças e sorteios de brindes. A organização das festas ficam sob responsabilidade do Grêmio sob a orientação da coordenadora do Programa.

As festas possuem o objetivo de integrar os alunos da UATI, os egressos e divulgar o Curso almejando atrair futuros alunos.

Além das festas, há passeios e viagens, que objetivam reconhecer os patrimônios culturais locais e sua importância no processo de crescimento e desenvolvimento o espaço em que vive; construir, em conjunto com a terceira idade, olhares sobre seu patrimônio, partindo de suas experiências pessoais; conhecer as diferentes realidades patrimoniais nacionais e sua vinculação com a preservação da memória.

São realizadas atividades teóricas, acompanhadas de aulas-passeio para o reconhecimento de diferentes patrimônios culturais. As visitas e viagens se configuram em atividades com cunho pedagógico e cultural.

Entre as viagens realizadas pode-se citar: Curitiba com a visita aos pontos turísticos e museus; cidades do litoral do Paraná: Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá com o conhecimento sobre o início da colonização do Estado. Outras cidades do interior também são foco de estudos e visitas: Castro, Carambeí, Lapa, Irati e Palmeira, para estudos sobre a colonização, tropeirismo imigração. Em Ponta Grossa são visitados os pontos turísticos naturais e culturais, para conhecimento e desenvolvimento de atividades sobre a história e cultura local. Dentre os pontos turísticos visitados, cita-se também o Parque Nacional do Iguaçu e Itaipu Binacional (Foz do Iguaçu). Outras cidades dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também são visitadas: Joinville, Caxias do Sul, Gramado, Canela e Nova Petrópolis, o

Santuário de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, uma visita a um patrimônio religioso.

Todas essas viagens são acompanhadas pela coordenadora e pelos professores, pois se constituem em atividades didático-pedagógicas, culturais com resgate histórico de cada local.

AVALIAÇÃO

Durante todos estes 22 anos de existência ininterruptas da UATI, são realizadas avaliações com os alunos, professores e coordenação. Abrange a participação, os relatórios orais e escritos dos alunos e dos responsáveis de cada conteúdo teórico ou prático, enfatizando a auto realização do aluno, sua integração ao meio sociocultural.

As diferentes disciplinas, projetos e atividades da UATI são reformuladas conforme as necessidades e sugestões apresentadas.

A avaliação dos alunos se baseia em dois critérios: aproveitamento e frequência. O aluno é avaliado por participação nas atividades a critério de cada professor. Tanto os alunos do Curso UATI quanto os alunos do Curso UCTI participam dos processos avaliativos.

Para conhecer mais sobre a UATI/UEPG: www.uepg.br/uati ou www.facebook.com/uatiuepg

ATIVIDADES

1. Pesquise nos sites das universidades paranaenses se há projetos/programas para idosos, como a UATI/UEPG. Analise como são estruturados, suas semelhanças e diferenças.
2. Você conhece algum idoso que frequenta alguma atividade educacional? Converse com ele e questione quais foram as mudanças que ocorreram em sua vida após ingressar nesta atividade.
3. Após a leitura desta unidade, faça uma reflexão apontando qual a importância das Universidades Abertas para a Terceira Idade.

PALAVRAS FINAIS

Prezado(a) aluno(a)

Esperamos que ao terminar estes estudos, você tenha alcançado os objetivos da nossa proposta de trabalho, conhecendo um pouco mais sobre a modalidade de ensino Educação de Adultos, em destaque a atuação junto ao idoso.

Na sociedade atual, em que predomina o conhecimento como fonte de sabedoria e riqueza, novas experiências se impõem aos indivíduos, à sociedade e às instituições, advindo daí a necessidade de ser repensar o cenário educacional e profissional.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade tem oferecido espaços educativos, que proporcionam ao idoso, além de um espaço agradável de convivência, de ampliação de seus laços afetivos, possibilita o desenvolvimento de habilidades, competências, autonomia, proporcionando o empoderamento individual e a busca do empoderamento coletivo pela articulação, engajamento, mobilização do idoso em busca de seus direitos, reconhecimento social como protagonista da sua história e integrante no desenvolvimento da sociedade.

Como enfrentamento de um dos grandes desafios impostos nesse século esboça-se um novo Paradigma de Velhice. Este empoderamento do idoso em diferentes níveis social, cultural, econômico e político possibilitará uma maior distribuição de poder na sociedade.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade despertam o idoso para a mobilização como protagonistas da história, conscientizando-os de suas condições para continuar aprendendo, desenvolvendo-se, valorizando-se, contrapondo e denunciando atitudes de violência, discriminação e desrespeito ao idoso, esboçando a possibilidade de serem superadas pelo empoderamento individual e coletivo, propiciado pela educação como prática cotidiana e de liberdade.

No final deste estudo, agradecemos sua participação, queremos parabenizá-lo pela dedicação aos estudos e colocamo-nos à disposição para contatos posteriores.

Aproveitamos para deixar nossos votos de sucesso no curso e na vida profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes (Org). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica 2005.

ASSIS, M. Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos. **Revista APS**, v. 8, n.1, p. 15-24, jan./jun. 2005.

ATCHLEY, R. C. **A continuity theory of normal aging**. The Gerontologist, 1989.

BATISTA, A. S. *et al.* **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28)

BAZO, M. T. Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: analisis sociológico. **REIS**, Madri, n. 73, 1996, p. 209-222.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: VON SIMSON, O. R. M; NERI, A. L; CACHIONI, M. (org.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003. p. 79-104.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. **Parecer CNB/CEB 11/2000 de 5 de maio de 2000.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Lei 10172 de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Lei nº 10741 de 3 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem sucedido e participação numa universidade para a terceira idade:** a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Campinas, 1998 (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp.

_____. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____. Mecanismos de proteção social para a população idosa. *In:* RIOS-NETO, E. L. G. **A população nas políticas públicas:** gênero, geração e raça. Brasília: CNPD: UNFPA, 2006. p. 67-71.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, O. P. **Envelhecer:** um encontro inesperado? Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

CARVALHO, S. R., GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social e pós-estruturalista. **Revista e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 2008.

CREF1 – RJ-ES. **Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região.** Disponível em: http://www.cref1.org.br/estatuto_TIT_II.php. Acesso em: 23 de julho de 2012.

COMISSÃO EUROPEIA. **A contribuição da EU para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2012.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERRIGNO, J. C. Ação cultural e terceira idade. **A terceira idade**. São Paulo, v. 16, n. 32, p. 24-35, fev. 2005.

FONTE, I. B. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas conseqüências no conceito de velhice. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12, 2002, Ouro Preto, **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP, 2002.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, M; ROMÃO J. E. **Educação de Jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003

GOLDANI, A. M. Contratos intergeracionais e reconstrução do estado de bem estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? *In: CAMARANO, A. A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-252.

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. *In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 109-132.

HESSEL, R. Envelhecimento active numa sociedade encanecida: formação em todas as idades. **Revista Europeia de Formação Profissional**, Lisboa, n. 45, set./dez. 2008.

IBGE. **Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Revisão 2008, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Brasília: IBGE: 2013.

INEP. **Censo Escolar 2010**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2010.

_____. **Censo Escolar 2011**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2011.

_____. **Censo Escolar 2012**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2012.

KAZTMAN, R. **Vulnerabilidad y Exclusión social**: una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: CEPAL, 2005.

LAPE, F.M., DUBOIS, P. **Quickening of America: Rebuilding our Nation Remaking our Lives**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

LOPES, A. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

MISHARA & RIEDEL. **El proceso de envejecimiento**. Madrid, Morata, 1986.

MOODY, H. R. **Philosophical presuppositions of education for old age**. Educational gerontology, n.1, Barcelona, CEAC, 1989.

_____. The new aging enterprise. **Occasional papers**. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50. may. 2008.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

_____. As relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 15, n.29, p.7-27. jan. 2004.

NERI, A. L; DEBERT, G.G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 1998. 639f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação). Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1998.

_____. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

ONU. **Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento** - Madrid. Nova York: ONU, 2002.

_____. **Informe de la Primera Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento - Viena**. Nova York: ONU, 1982.

_____. **Indicadores demográficos populacionais**. Revisão 2006.

PACHECO, J. L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O.R.M.V.; NERI, A.L.; CACHIONI, M. (orgs). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? In: PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

_____. Fundamentos psicopedagógicos para uma ação educativa em gerontologia social. **A terceira idade**, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 39-44, dez. 1999.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: UPE, 2000.

PARANÁ. **Lei estadual 11.863/97**. Dispoe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso. Curitiba, 1997.

PAÚL, C. Envelhecimento activo e redes de suporte social. **Revista Sociologia**, Porto, n. 15, 2005. p.275-287.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PINHEIRO, C.; MIRANDA, M.L. Empowerment e idosos: uma reflexão sobre programas de educação física. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, v. 21, n. 48, jul. 2010

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PORTO, Y. S. **Educação de jovens e adultos: o desafio de ressignificá-la**. In: FARENZENA, R. C. (org). **Educação de Jovens e Adultos: movimento político-pedagógico**. Passo Fundo: UPF, 2004.

ROMANS, M., PETRUS, A. TRILLA, J. **Profissão educador social**, Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAFONS, M. P; PESSOA, I. L. Educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas idosas. In: CNDI. **Avaliação nacional dos direitos da pessoa idosa**. Texto base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SANTANA, H. B; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SARAIVA, I. S. **Educação de jovens e adultos: dialogando sobre aprender e ensinar**. Passo Fundo: UPF, 2004.

SCHMIDT, E. S. Cultura e Sociedade. In: OLIVEIRA, R. C. S (org). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p. 27-48.

SEED. **Diretrizes curriculares estaduais para a educação de jovens e adultos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

SMETHURST, W. S. Envelhecimento ativo: da intenção à ação. In: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste, 2004,. Recife, **Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste**, ABEP, 2004, p. 150-155.

STANO, R. C. M. T. Questões do envelhecimento e suas relações com o processo de -ensino-aprendizagem. **A terceira idade**, São Paulo, v. 18, n. 40, p. 7-14, out.2007.

STEGLICH, L. A. **Crises normais da vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.

TEODORO, M. F. M. **UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso**. 2006, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.

TONI, I. M. Educação e psicologia : interações e estratégias para uma velhice bem-sucedida. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 133-150.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, A. P. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO. **Conferência mundial sobre a educação de adultos.** Declaração de Hamburgo. Nova York: Unesco, 1999.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Declaração de Jomtien - 1990. Nova York: Unesco, 1990.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos:** atingindo nossos compromissos coletivos. Declaração de Dakar – 2000. Nova York: Unesco, 2000.

_____. **Marco de ação de Belém.** Brasília: Unesco, 2010.

URPIA, M. F. M. **Fórum EJA Bahia:** implicações na definição da política pública da Educação de Jovens e Adultos. 2009, 125 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2009.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.23, n.1, p. 56-69, jan./abr., 2007.

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder.** Campinas: Alínea, 2007.

WHOQOL GROUP. **What Quality of Life?** World Health Forum. WHO: Geneva, 1994. p. 354-56. Disponível em: <http://www.who.int>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

